

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

WILLIAM ALEXANDRE TOLEDO PINTO

RACISMO E SAÚDE DO HOMEM NEGRO – SUBSÍDIOS DO DEBATE DA
MASCULINIDADE NEGRA PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO
SUS.

Rio de Janeiro
2021

WILLIAM ALEXANDRE TOLEDO PINTO

RACISMO E SAÚDE DO HOMEM NEGRO – SUBSÍDIOS DO DEBATE DA
MASCULINIDADE NEGRA PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO
SUS.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para a Obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Fernanda Kilduff

Rio de Janeiro

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

TOLEDO, William Alexandre. **Racismo e saúde do homem negro** - Subsídios do debate da masculinidade negra para a intervenção do serviço social no SUS. Trabalho de Conclusão de Curso Escola Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

Aprovada em ____ de _____ de 2021.

Grau obtido _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora, Doutora: Fernanda Kilduff
Universidade Federal do Rio de Janeiro Universidade

Professor, Doutor: Daniel Campos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor, Doutor: Guilherme Almeida
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T649 Toledo, William.
Racismo e saúde do homem negro: subsídios do debate da masculinidade negra para a intervenção do serviço social / William Alexandre Toledo Pinto. Rio de Janeiro, 2021.
73 f.

Orientadora: Fernanda Kilduff.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2021.

1. Política de saúde –Brasil. 2. Negros – Saúde – Brasil. 3. Negros – Brasil – Condições sociais. 4. Racismo. 5. Sistema Único de Saúde. I. Kilduff, Fernanda. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social.

CDD: 362.8496

Elaborada por: Adriana Almeida Campos CRB-7/4081

AUTORIZAÇÃO

William Alexandre Toledo Pinto, DRE 116156022, AUTORIZO a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, dia/mês/ano.

WILLIAM ALEXANDRE TOLEDO PINTO

Assinatura:

DEDICATÓRIA

Dedico não só esse trabalho, mas todo o meu amor, à minha avó. Avó essa que é minha referência de humanidade, destreza e força. De beleza também, nosso sorriso iluminado, é gêmeo. Por ti, Dona Jaira. Por meus sonhos que tu nutres com tanto afago. Aos seus sonhos, que se materializam através de mim. Por nós.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Oxalá, a força vital do universo, que alimenta em nossas almas o desejo de ir atrás do que é nosso, do que nos pertence. Sem dúvidas a espirtualidade me nutriu neste percurso.

Agradeço a minha Avó que por todos esses anos de graduação, me deu todos os subsídios materiais e emocionais, que possibilitaram que eu tivesse energia e gás para realizar meus sonhos e correr atrás de meus objetivos. Vó eu te amo, essa realização é tão minha quanto da senhora. É pra nós!

Agradeço imensamente aos meus companheiros de graduação. Compartilhamos tanto as dificuldades, quanto as peripécias e aventuras que a vida universitária nos permite experimentar. Dentro deste mundo tão potente e contraditório, fomos apoio um ao outro, e saio da graduação sabendo que fiz grandes amizades, que vão muito além dos muros da UFRJ. Obrigado por tornarem minha vivência universitária completamente emocionante. É lindo ver como entramos e como saímos, e eu desejo toda sorte do mundo a nós, nossa vida será de encontros. Obrigado!

Agradeço também aos meus amigos de antes das faculdades, aqueles que acompanharam e viram de perto o meu crescimento individual. Os amigos que colocaram fé nas minhas conquistas e vibraram junto comigo. Os que aturaram meus discursos complexos de assistente social, e ainda me admiram por ter me tornado quem sou. Obrigado por terem me dado apoio nos momentos difíceis, terem sido alívio e frescor, e por me motivarem a ser melhor. Gratidão.

Agradeço aos docentes que atravessaram a minha formação, com toda a potência de sua intelectualidade e a capacidade de transmitir conhecimento. Agradeço em especial aos professores e professoras negras da Escola de Serviço Social, as quais eu pude me enxergar em suas existências, e que me abriram a compreensão do meu lugar no mundo, um lugar de luta, de ocupar espaços, de ser um profissional e pesquisador comprometido com a emancipação do meu povo. Carmem Corato, Daniel Campos, Rachel Gouveia, Ellen Caroline, Guilherme Almeida, Gracyelle Costa, entre outros, admiro e me inspiro em vocês, obrigado por despertarem meu brilho nos olhos.

Agradecimento excelso a minha Orientadora, Professora, e querida amiga, Fernanda Kilduff. O carinho que eu tenho por você perpassa a relação puramente institucional, e eu gostaria de agradecer profundamente todo o acolhimento, afeto, e

até os puxões de orelha que teve comigo ao longo da graduação. Fernanda foi vital para meus processos de amadurecimento acadêmico e profissional, através de grandes aulas e trocas nas turmas de OTP, além da oportunidade de ter sido seu monitor em uma disciplina. Sem dúvidas você me orientou a encontrar meu caminho profissional, com valores, ética e comprometimento, que não esquecerei. Por tantas contribuições a minha caminhada, a ti, grande afeto e gratidão.

Agradeço as Assistentes sociais, que foram minhas supervisoras de campo, Fernanda Belarmino da época em que estagiei na Clínica da Família Sérgio Vieira de Mello, e a Luciane Balbino, do Hospital Rocha Maia. Tive a sorte de cair nas mãos de duas assistentes sociais excepcionais, propositivas, criativas e que entendiam muito, tanto da técnica, quanto de sociedades e das relações humanas. Ambas foram fundamentais para eu compreender na prática qual a função de um assistente social realmente comprometido com a transformação social e garantia de direitos. Vocês me inspiram muito, grato por tanto aprendizado. Trabalhar com vocês fez tudo fazer sentido.

Agradeço a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a famosa e sonhada UFRJ, a qual tenho a honra de poder chamar de minha universidade. A maior e melhor do Brasil, onde só quem está dentro, pode saber quão desafiadora, porém extraordinariamente enriquecedora, pode ser a vivência em seus muros. A UFRJ moldou meu caráter, meu etos. Engrandeceu meu ser. Sempre serei filho de Minerva, e minha trajetória com a UFRJ não acaba aqui, afinal um bom filho à casa retorna.

Não menos importante, agradeço aos meus ancestrais, aos meus anteriores, a pretos e pretas que lutaram, resistiram e demarcaram seu lugar no mundo, para que eu, fruto da diáspora, pudesse exercer vida, conhecimento e representar o sonho da liberdade. Sem dúvidas eu canalizei suas energias de enfrentamento, e estou aqui graças a força concedida por vocês para honrar o povo preto.

Ao fim, agradeço a mim por não ter desistido, por não ter cedido, por ter aceitado as reinvenções subjetivas que tive que me impor, para me permitir crescer, com humildade, destreza, e força vital. Sigo num trabalho constante e diário de construir o William que eu ainda quero ser. O “eu” do presente é sempre o melhor. Sendo assim, esse momento é só meu. Em frente, pois ainda há muito a se realizar.

"Mas esqueceram a constância do meu amor. Eu me defino como tensão absoluta de abertura. Tomo esta negritude e, com lágrimas nos olhos, reconstituo seu mecanismo. Aquilo que foi despedaçado é, pelas minhas mãos, lianas intuitivas, reconstruído, edificado." Frantz Fanon.

RESUMO

Toledo, William Alexandre. Racismo e saúde do homem negro - Subsídios do debate da masculinidade negra para a intervenção do Serviço Social no SUS. Trabalho de Conclusão de Curso Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

O presente trabalho de conclusão de curso, visa evidenciar os aspectos que cingem a saúde do homem negro, tomando como base o debate das masculinidades negras enquanto masculinidade marginalizada, e inserida num lugar de desvalorização da vida, em função da realidade prática, fruto de uma lógica de poder capitalista e patriarcal, que tem o racismo como fundamento central. Nesse sentido, a pesquisa realizada se dá em enfatizar, como a classificação racial passou a ser aspecto intrínseco da modernidade, através da colonização e escravização dos negros africanos, e a partir disso, remontar historicamente os processos de conformação histórica brasileira dentro de tal dinâmica. Através do olhar para a macroestrutura da vida social, o trabalho também se vale de ferramentas teórico metodológicas, como a Interseccionalidade e Necropolítica, para pensar os impactos dos marcadores de raça, gênero, e classe, diretamente nas condições de vida do homem negro brasileiro, e por conseguinte em sua saúde. Ao fim, o trabalho almeja demarcar articulações com os avanços e necessidades do debate racial à política de saúde brasileira, e alinhar o diálogo sobre masculinidades negras, como uma importante contribuição para o trabalho profissional do Serviço Social inserido no âmbito do Sistema Universal de Saúde – SUS, no sentido de uma intervenção antirracista. A pesquisa tem o intuito de proporcionar reflexões que agreguem para um olhar crítico acerca da realidade concreta do homem negro, de forma que esses sujeitos sejam compreendidos enquanto cidadãos plurais, detentores de direitos, e que precisam ter seus interesses e possibilidade de uma vida digna e saudável, protegidos pelo Estado e pelas políticas públicas.

Palavras-chave: Masculinidade Negra, Racismo, Serviço Social, Saúde, SUS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ECONOMIA, PODER, RAÇA – COLONIALISMO E ESCRAVIDÃO	16
1.1 BRASIL – UMA HERANÇA COLONIAL	20
1.2 DEMOCRACIA RACIAL E SUJEITO PRETO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	24
2 A CONSTITUIÇÃO DO HOMEM NEGRO – MASCULINIDADE MARGINALIZADA	31
2.1 NECROPOLÍTICA - HOMEM NEGRO E O NÃO DIREITO A VIDA	37
2.2 A SAÚDE DO HOMEM NEGRO – OLHAR PARA UMA REALIDADE INTERSECCIONAL	43
3 QUESTÃO RACIAL E SAÚDE: AVANÇO DO DEBATE NO NÍVEL DA POLÍTICA DE SAÚDE	48
3.1 REFLEXÕES SOBRE O RACISMO E O SERVIÇO SOCIAL	52
3.2 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO DA MASCULINIDADE NEGRA PARA A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO NO SUS	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

INTRODUÇÃO

Longe de apenas reforçar os aspectos do que Guerreiro Ramos (1995) vai definir como a “tematização do negro”, o seguinte TCC, tem como objeto de análise a saúde do homem negro, através dos marcadores sociais que se estabelecem em seu corpo, na intersecção de raça, gênero e classe.

O debate sobre masculinidade, ganha contornos de contestação do papel do homem a partir dos movimentos feministas e gays em 70, e partir das décadas de 80 e 90, ganha aceitação e elaborações de feministas negras e dos próprios homens, no sentido de adicionar olhares atravessados pelas realidades plurais da constituição da masculinidade.

Atualmente, a nível social, a discussão se dá sobretudo em torno de uma crise da masculinidade permeada por padrões comportamentais masculinos: a tão falada "masculinidade tóxica", que através da reprodução do machismo cotidiano, atinge o campo das relações entre homens e mulheres, e de homens para homens.

Reconhecendo a importância do debate, mas indo na contramão das superficialidades e polêmicas que cercam as discussões internautas, o seguinte trabalho de conclusão de curso, intenta debater as questões estruturais e estruturantes que atravessam a complexa construção do homem negro brasileiro.

Para além da suposta “crise do masculino” como nos lembra Osmundo Pinho (2004), o que se tem, é um projeto já em curso, onde a “crise da masculinidade” é mais ampla, é sobre a juventude masculina preta que morre diariamente exterminada na mão da Necropolítica (MBEMBE, 2015) exercido pelo Estado.

A análise do que é ser Homem, perpassa a construção da sociedade moderna, onde a masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) tem como pano de fundo um projeto de poder euro centrado, manifestado na imagem de um homem branco (não racializado), ocidental, heterossexual, cis-gênero, heteronormativo e com poder de consumo no mercado, o como dito por Akotirene (2018) cis-hétero-patriarcado.

Partindo disso, a proposta da atual pesquisa, visa remontar a trajetória do surgimento da masculinidade negra, elucidando como os fatores raça, classe e contexto social, influem na sua coexistência com a masculinidade hegemônica, tendo

sido forjada a partir de traços específicos da modernidade colonial, e situa-la no contexto de escravização ideológica, física, político e econômica do povo negro.

Considerando-se o racismo como processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida, (ALEMIDA, 2019), a raça é identificada como marcador fundamental, para situar a constituição do homem negro na história e na contemporaneidade, e por sequência, os desdobramentos em sua realidade prática.

Analisa-se então, a realidade material de violência, barbárie e falta de acesso à educação que se apresentam na realidade do homem negro, fruto da herança escravocrata, que se interpõe as condições efetivas de emancipação social e possibilidades de exercício de cidadania plena, do homem negro e da população afro brasileira como um todo.

Segundo o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a cada três presos encarcerados no Brasil, dois são negros. E segundo o Atlas da violência de 2019,¹ homens negros tem 2,7 vezes mais chances de morrer violentamente do que um homem não negro. A política de morte, está em vigor.

O imaginário social negativado e desumanizador, acerca da existência preta, vai de encontro à questão chave para manutenção da vida desses homens, afinal: Quais são os caminhos de se exercer vida e saúde sem meios de existência e condições sociais propícias a isso?

Nesse sentido, o presente trabalho de conclusão de curso, vai pensar e tentar evidenciar, quais os impactos de uma masculinidade hierarquizada e atravessada pela raça e classe, na saúde do homem negro, apontado como esses fatores determinam suas práticas de saúde.

Trazendo a análise para o âmbito de atuação do serviço social no SUS, área da qual é igualmente dedicado tal tema, é importante salientar, como indicado nos Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, que é fundamental para intervenção na saúde

conhecer as condições de vida e trabalho dos usuários, bem como os determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença; facilitar o acesso de todo e qualquer usuário aos serviços de saúde da instituição e da rede de serviços e direitos sociais. (CFESS, 2010, p.17)

¹Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/negros-ou-pardos-tem-27-mais-chances-de-serem-mortos-do-que-brancos>

Portanto, esse movimento se faz vital, para que grupos considerados à margem, tal qual o homem preto, sejam reconhecidos a partir de seu lugar de vulnerabilidade, evidenciando tal aspecto, para uma intervenção imediata nas iniquidades de saúde que os acometem, e ademais, no manejo que assegure a entrada e saída, responsável e exitosa na rede de saúde.

Fica nítido que a articulação do estudo da masculinidade negra, se coloca como essencial para fortalecer o status do serviço social, enquanto profissão comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos (CFESS/CRESS, 1993). Ademais, é importante pensar na qualificação da ação profissional, ao se alicerçar a partir de fontes teóricas, para subsidiar ações antirracistas no campo prático, que permitam a ampliação do acesso da população não só masculina, mas coletivamente preta aos serviços de saúde.

O presente TCC, além disso, desejar ser possibilidade de conferir aporte para subsidiar reflexões, que tensionam ações de entidades públicas que outorgam políticas sociais, afim de contribuir para uma intervenção do serviço social que vá em contramão aos mecanismos do Estado que perpetram o extermínio da população negra.

O procedimento metodológico aplicado para a construção do seguinte trabalho de conclusão de curso, verifica-se numa conjunção entre revisão bibliográfica, análise qualitativa/quantitativa de dados, e também de pesquisa documental, de forma que o trabalho se divide em três momentos/capítulos.

A partir de obras, artigos e livros, o exame bibliográfico se dá com base em autores, que dialoguem a partir de uma perspectiva histórico-crítica, utilizando como eixo de análise, elaborações conceituais como, a Colonialidade do poder, masculinidade hegemônica, racismo estrutural, interseccionalidade, genocídio e necropolítica.

Na área do serviço social, serão evidenciadas obras que permeiam a política de saúde brasileira, as formulações e documentos de entidades da categoria, como o código de ética profissional e as atribuições do assistente social no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Através da análise quantitativa e qualitativa, serão levantados dados de órgão e entidades públicas responsáveis por indicativos acerca da realidade social da população negra, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e

instituições como o Ministério da saúde e seus gerenciadores de dados públicos, como o Open Data SUS.

Uma vez que nas intervenções e estudos de campo, o contato com os usuários negros, possibilitou criar observações empíricas e fazer correlações teóricas importantes, quando se pensando o papel do assistente social no combate ao racismo, a experiência do autor como assistente social estagiário, inserido na atenção primária da clínica da família Sérgio Vieira de Mello, e posteriormente como acadêmico bolsista na atenção hospitalar de média/alta complexidade do Hospital Municipal Rocha Maia, se colocaram como base empírica para a construção de tal pesquisa.

Este trabalho é também um acalanto ao trazer um esforço de um refazer epistemológico, onde centralmente a pesquisa é elaborada, a partir da vida do autor enquanto jovem preto, que tem como objetivo fundamental de vida, lutar e resistir por seus direitos e sonhos, honrando a sua ancestralidade e orgulho racial.

Grada Kilomba em passagem de seu livro “Memórias de plantação” (2019), retoma Bell Hooks (1990) lindamente, ao dizer que a sua escrita é uma forma de "se tornar sujeito", de tal modo, que autor deste TCC, toma este prospecto para si, tentando também resgatar a escrita enquanto possibilidade de se afirmar e compreender no mundo.

Dessa forma, o seguinte TCC estrutura seu objetivo geral em elucidar a partir do estudo das categorias racismo, colonialidade e masculinidade negra, como os marcadores sociais de gênero, raça, classe e contexto social brasileiro, interferem diretamente nas práticas de saúde do homem negro, e por conseguinte no seu direito a vida, e a partir daí, articular a importância de tal debate para o trabalho do Serviço Social no âmbito do Sistema Único de saúde.

No Primeiro capítulo se buscará refletir acerca da construção histórica do conceito social de raça e racismo, pelo prisma da colonialidade do poder, e seus desdobramentos na conformação da sociedade Brasileira, pensando as peculiaridades que a raça vai assumir numa sociedade pós colonial e escravocrata.

A seguir, no capítulo segundo, visa-se evidenciar através de dados, sobretudo, de saúde e segurança pública, articulando chaves de análise teóricas como interseccionalidade e necropolítica, os mecanismos do racismo estrutural e institucional que perpetuam e invisibilizam as violações de direitos do homem negro e os retira do lugar de vida, saúde e cidadania.

No capítulo três, e último, o objeto é a articulação do estudo da masculinidade negra, ao trabalho profissional do serviço social inserido no SUS, apontando como a incorporação do debate tende a fortalecer uma intervenção que efetive o compromisso do assistente social, com o combate ao racismo e todas as formas de opressão.

Neste trabalho, a intenção é humanizar o homem negro na esfera não só do acolhimento profissional do serviço social, mas também nas das relações coletivas, no esforço de evocar e normalizar a figura do Negro Vida, a qual Ramos (1995) se refere. Esse caminho tem potência de se transmutar em uma via de vida para o homem negro. Vida segura, vida plural, vida plena, vida cidadã.

1 ECONOMIA, PODER, RAÇA – COLONIALISMO E ESCRAVIDÃO

A compreensão de identificação humana através da “raça”, nasce em paralelo a um contexto histórico de reestruturação mundial, que se inicia em uma dinâmica de expansão econômica mercantilista da Europa, na descoberta do chamado “novo mundo”. Sendo assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2019).

Visualiza-se uma nova concepção acerca da existência humana, através dos ideais iluministas europeus, que teciam uma embrionária filosofia de modernidade, baseada na centralidade do homem como detentor da razão, e das possibilidades de construção de conhecimento para si e para o mundo.

O contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico, que mais tarde, transformaria o europeu no homem universal, e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus, em variações menos evoluídas. (ALMEIDA, 2019)

O iluminismo tornou-se o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que, a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, iria travar guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza. [...] As revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da civilização (ALMEIDA, 2019, p. 27)

Tal momento histórico de reorganização mundial, em progresso de um nascente capitalismo, vinculado a razão filosófica europeia, foram fundamentos chave para a concepção de civilização, que viria a justificar a classificação racial dos povos do novo mundo, e a raça nesse sentido, se estabeleceria como uma das tecnologias do colonialismo europeu, para a submissão e destruição de populações das futuras Américas, da África, da Ásia e da Oceania (ALMEIDA, 2019).

Com efeito, o colonialismo, uma nova forma de exercício de poder e parte de um projeto civilizatório, se estabelece através da expansão global transatlântica de Europa, por meio das ditas grandes navegações, essas que redundaram em um

processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão (ALMEIDA, 2019).

Quijano (2005) identifica o nascimento de um novo padrão de poder onde a classificação racial se estabelece, expressando a base da experiência de dominação, a partir de uma racionalidade eurocêntrica. Através do racismo, a colonialidade do poder se estabelece assim, para inscrever os colonizados no espaço da modernidade (MBEMBE, 2018)

Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas”. (MOURA, 1994, p.2)

A diferença entre conquistados e conquistadores através da raça, em convergência com a dominação das formas de trabalho e produtos (QUIJANO, 2005) transfigura o ordo do capitalismo, a partir da aniquilação e escravização dos povos nativos, em paralelo com a estruturação de uma forma de trabalho explorado/assalariado na Europa

O capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista. (QUIJANO, 2005, p.117-120)

A colonização dos territórios ameríndios e escravização dos negros africanos, fenotipicamente codificados em função da sua cor (QUIJANO, 2005), se deu a partir de processos que visavam o desenvolvimento econômico das metrópoles, utilizando os escravos como mão de obra, e usando da violência física e psicológica, como forma

de estabilização e controle desses corpos, para a exploração de suas forças de trabalho²

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente (QUIJANO, 2005, p.118).

Erick Williams em seu livro *Capitalismo e escravidão* (1975), ao articular uma análise sobre a formação do capitalismo industrial na Inglaterra, à exploração dos africanos escravizados nas colônias do novo mundo, situa a raça como fator central para a exploração da mão de obra negra. A colonização é, portanto, inseparável da singularidade do modo de produção capitalista (HERRERA, 2019)

Diferenças raciais tornavam mais fácil justificar e racionalizar a escravidão negra, impor obediência mecânica de um boi ou um arado [...] exigir aquela resignação e aquela completa submissão moral e intelectual que tornava possível o trabalho escravo. [...] Finalmente o fator decisivo, o escravo negro era mais barato. o dinheiro que custeava os serviços de um homem branco por dez anos poderia comprar um negro para toda a vida [...] as colônias precisavam de mão de obra barata e recorriam a mão de obra negra porque era mais barata e melhor. Isso não era uma conclusão prática deduzida da experiência pessoal do plantados. Ele teria ido à lua se necessário, em busca de mão de obra. A África era mais perto. (WILLIAMS, 1975, p.24-25)

Ao analisar o engendro do capitalismo, por uma perspectiva revolucionária, Karl Marx, compreende a colonização como um processo deliberadamente útil a construção do modo deste modo de produção, onde a violência é intrínseca à sua gênese, e a colonização é um método pelo qual se realiza a acumulação primitiva, processo básico da exploração do trabalho (HERRERA, 2019)

Ao mesmo tempo que a indústria de algodão introduzia na Inglaterra a escravidão infantil, nos Estados Unidos ela transformava o tratamento [...] dos negros em um sistema mercantil. Era preciso para o pedestal a escravidão dissimulada dos assalariados na Europa, a escravidão sem expressão do novo Mundo (HERRERA, 2019 apud MARX, 1977, p. 201).

² Baseados em Marx, Netto e Braz (2010) indicam que a força de trabalho se torna uma mercadoria no contexto de mercantilização e expansão mundial do capitalismo. O trabalho que era constitutivo do homem enquanto ser social, se torna peça a ser explorada para produção. Ver: *Economia Política: Uma introdução crítica*. (2010)

Aimé Césaire (1987), pesquisador e poeta da negritude, não mede palavras ao responsabilizar a Europa pela debilitante condição, que estabeleceu no novo mundo o “nódulo persistente” do racismo, indo de encontro ao que Fanon (2008) faz de compromisso coletivo, ao lembrar que é preciso ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado

a verdade é que a civilização dita "europeia, a civilização "ocidental", tal como modelaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois problemas maiores a que a que a sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial; que essa Europa acusada na tribuna da "razão" como no tribunal da "consciência", se vê impotente para se justificar; se refugia, cada vez mais, numa hipocrisia tanto mais odiosa quanto menos susceptível de ludibriar. A Europa é indefensável (CÉSAIRE, 1987, p.14).

Em suma, verifica-se que a constituição de América, se deu dentro de um projeto de extermínio, em prol de um desenvolvimento econômico euro ocidental, na qual os negros eram roubados na África para trabalhar nas terras roubadas dos índios nas Américas. A história da África ocidental, segundo Williams (1975), se tornou o complemento da história das Índias ocidentais.

Deste modo, a raça se compôs enquanto elemento central para se justificar e perpetuar a dominação e exploração de pessoas negras. O racismo, enquanto arma ideológica de dominação, nas palavras de Moura (1994) se alastra então, como parte do tecido social do que vem contraditoriamente, se denominar modernidade.

1.1 BRASIL – UMA HERANÇA COLONIAL

O colonialismo se instaurou no Brasil, através da invasão da coroa portuguesa, e o modelo escravista que se estabeleceu inicialmente no Nordeste, logo se expandiu por todo território, sobretudo com a descoberta de metais preciosos na região sudeste do país (NASCIMENTO, 1978).

Estimava-se em levantamento feito por Nascimento (1978), que cerca de 4 milhões de negros africanos foram violentamente sequestrados para o território brasileiro. Porém, em atualização recente da plataforma slave trade data-base³, que atualiza dados da diáspora africana em todo mundo, o número aumentou para quase 6 milhões.

Assim como, em inúmeras outras colônias do globo, o escravizado⁴ negro no Brasil constituiu-se em uma peça econômica, que sob o signo do parasitarismo imperialista (NASCIMENTO, 1978) é destituído de qualquer traço que o identificasse como ser humano, em nome do trabalho forçado

Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a conexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. (NASCIMENTO, 1978, p .59)

O tráfico de escravizados se configurou como um comércio legal, e determina um lugar de animalização e bestialização do corpo negro, que é notado como corpo objeto, uma mercadoria, onde seus atributos físicos definiriam sua funcionalidade dentro do cruel trabalho nas lavouras e monoculturas via plantation⁵, principal fomento econômico do Brasil colônia

³ Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/> Acesso em: 05/06/21

⁴ O termo “escravizado” no lugar de “escravo” é uma opção pessoal do autor deste trabalho, por partir do entendimento que a palavra escravo sucinta um estado imóvel e condição natural, quando escravizado remete ao sequestro e diáspora a qual os corpos negros foram submetidos.

⁵ Grada Kilomba (2019) em seu livro “Memórias de Plantação”, sintetiza a lógica: “Plantation, plantação em português, foi um sistema de exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX, principalmente nas colônias europeias nas américas, que consistia em quatro características principais: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravizado, e exportação para metrópole. Esse sistema criava ainda

Além de seres animais, os negros escravizados também passaram a ser visualizados como objetos, cargas, mercadorias de grande valor financeiro no comércio transatlântico; valor que era delimitado e fixado a partir de seus dotes físicos e sua robustez anatômica que seriam empregados principalmente nos serviços agrícolas das monoculturas coloniais de cana-de-açúcar e na extração de minérios em territórios brasileiros (SANTOS, 2014, p.8)

Ainda no espectro da colonização, o negro submetido ao tráfico transatlântico sub-humano, é continuamente alienado das formas de produção de conhecimento, de seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (QUIJANO, 2005), de forma que sua cosmogonia e identidade é usurpada e negada, e dá lugar a construção de uma percepção desumanizada, um corpo, que vive uma morte e vida (MBEMBE, 2015).

Como ressalta Daniel dos Santos, em seu artigo, *Ogó* (2014), a escravização e o tráfico ultramarino, que o corpo negro era submetido, conseqüentemente criou diversas simbologias fixadas acerca do corpo, da sexualidade, e da cultura das populações africanas, um exotismo exacerbado, alimentado pela fetichização e negação do existir negro

A celebração da fertilidade e a concepção de sexo das populações africanas acabaram sendo interpretadas de forma demasiadamente equivocada pelos clérigos contra reformistas que propuseram a catequização e aculturação de africanos e afro-brasileiros para civilizá-los, e a submissão destes ao trabalho forçado compulsório para exorcizá-los de seus “pecados” e “práticas demoníacas”. O imbricamento de culturas e valores presentes no colonialismo europeu contribuiu indubitavelmente para a formação do imaginário coletivo [...] (SANTOS, 2014, p.11).

Neste caminho, Nascimento (1978) destaca o papel da igreja na conversão forçosa dos negros ao cristianismo, impondo a religião do colonizador, como uma forma de dominação simbólica e ideológica, justificando a escravização como vontade

uma estrutura social de dominação centradas na figura do proprietário do latifúndio, o senhor, que controlava tudo e todas/os ao seu redor.” (KILOMBA, 2019, p.29)

divina e destino final, passando por narrativas bíblicas como a redenção de cam⁶, e do povo com a marca do mal, a raça

o papel exercido pela igreja católica, tem sido aquele principal ideológico e pedra angular para a instituição da escravidão em toda a sua brutalidade. O papel ativo desempenhado pelos missionários cristão na colonização da África não se satisfaz com a conversão dos "infiéis", mas prosseguiu efetivo e entusiástico dando apoio até mesmo a crueldade, ao terror desumano do tráfico negreiro. (NASCIMENTO, 1978, p. 62)

A exploração sexual das mulheres escravizadas, era comum entre os escravocratas, fato que ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter das classes dirigentes europeias, "O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra" (NASCIMENTO, 1980, p.61).

Em menor número na diáspora negra vertida no Brasil, a mulher negra tinha seu corpo submetido às mais diversas formas de violações e a prevalência de seu corpo no lugar de "objeto sexual" lhe impôs diversos desdobramentos contemporâneos tal qual o homem negro, somente em nuances distintas.

No entanto, a escravização do povo negro, não existiu sem movimentos de resistências anticoloniais, que se deram a partir de mobilizações, fugas, os pungentes e simbólicos suicídios, e dentre muitas outras formas de insurgências que negam fatalmente a versão "oficial" da sua docilidade ao regime colonial (NASCIMENTO, 1978). No Brasil, destaca-se como marco, o Quilombo de Palmares

Em toda a história dos africanos no novo mundo, nenhum é tão excepcional quanto aquele que se registra no século XVI: A República de Palmares, verdadeiro estado africano constituído no seio do estado de Alagoas por rebeldes e fugitivos escravos. Desde 1630 até 1697, a chamada Tróia Negra, resistiu a mais de 27 expedições militares enviadas por Portugal e pelos holandeses, até que enfim foi destruída pela força mercenária comandada por um bandeirante. Palmares - cuja população, se calcula, chegou à casa das trinta mil pessoas entre homens, mulheres e crianças - possuía uma sociedade organizada com eficaz sistema de produção comunal e de trocas; sua organização defensiva, bem como a liderança política e militar demonstraram notável capacidade. A longa duração de Palmares testemunha a seu favor e de seus líderes, o último deles tendo sido o Rei Zumbi; representa a primeira e heroica manifestação de amor à liberdade em

⁶ Originalmente a maldição de Canaã, o conto bíblico descreve uma maldição interpretada como o fixador da cor negra em uma geração familiar, justificando as atrocidades do racismo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Maldi%C3%A7%C3%A3o_de_Cam [Acesso em: 08/06/21]

terras do Brasil. Palmares significa principalmente o grito desesperado dos africanos contra a desintegração de sua cultura nas entranhas do novo mundo. (NASCIMENTO, 1978, p.60)

Dessa maneira, a colonização brasileira, perpetuou por mais de 388 anos a escravização de negros africanos, em um complexo e violento, mas não sem resistência, processo de exploração laboral e desumanização, que viria a orientar indubitavelmente a construção do Brasil enquanto Estado.

1.2 DEMOCRACIA RACIAL E SUJEITO PRETO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A raça continuou sendo elemento que definia e outorgava os lugares de pessoas brancas e pessoas negras dentro da hierarquia social brasileira. O momento de abolição da escravatura e “libertação” do negro escravizado, não projetou em momento algum, uma intenção de reparação da escravidão, ao contrário.

Em 1888, o povo preto obteve legalmente o status de “cidadãos livres” por meio da abolição, (NASCIMENTO, 1980) porém, a mesma exonerou de responsabilidades os senhores, o estado e a igreja para com a reparação material e moral dessa população, dado os séculos de massacre e exploração de suas vidas. Em tal contexto, o negro se tornou a figura representativa do atraso, da exclusão. Da marginalização

Se a escravidão significou crime hediondo contra cerca de 300 milhões de africanos, a maneira como os africanos foram “emancipados” em nosso país não ficou atrás com prática de genocídio cruel. Na verdade, aboliram qualquer responsabilidade dos senhores para com a massa escrava; uma perfeita transação realizada por brancos, pelos brancos e para o benefício dos brancos. (NASCIMENTO, 1980, p.80)

Como relata o sociólogo Florestan Fernandes (2006), o fim do regime escravocrata, não se sucedeu através de políticas de inclusão social e assistência, tampouco houve projeto de organização social. O liberto se viu “dono de si”, mas sem meios para sustentar sua liberdade.

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (FERNANDES, 2008, p.29)

Assim, no período de pós abolição, constitui-se uma ideologia de higienização da população brasileira, e o “problema negro” surge como questão política e teórica,

em uma perspectiva eugenista⁷, que visava justificar uma inferioridade “natural” de pessoas negras, e superioridade de pessoas brancas.

A respeito do "problema negro", Abdias, é objetivo: “Qual foi o problema criado pelas elites dominantes brancas com a "libertação da população escrava?” e após, afirma que tal atitude, não foi como devia, pois inexisteu o “identificar e implementar a providência econômica capaz de assegurar a esta nova parcela do povo brasileiro sua própria subsistência” (NASCIMENTO, 1980, p.80).

Com apoio da “intelectualidade” de nomes como Nina Rodrigues e Oliveira Viana, o racismo científico se apresenta em tal contexto, como uma das ferramentas sistêmicas construídas pelas elites brasileiras, para promover uma política de embranquecimento, e fomentar um movimento imigratório europeu, no sentido de erradicar a “mancha negra” e preservar e cultivar o sangue europeu no país.

Skidmore (1976) ao analisar “de fora” os processos de construção histórica do Brasil, entende como o branqueamento da população se estabelece através do discurso de superioridade branca, e a tendência ao desaparecimento da população negra por sua alta mortalidade devido a sua “desorganização social” e pelo fomento a vinda da população imigrante para o país.

Ao se aprofundar na transição dos países da América Latina de colônia para Estados-nação, Quijano (2005) reforça o carácter eugenista do fim da escravidão, ao ressaltar que quando muito mais tarde foi necessário “libertar os escravos, não foi para assalariá-los, mas para substituí-los por trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos.” (QUIJANO, 2005, p.90)

De tal maneira que, a marginalização da população negra se deu sobretudo, através de uma não integração na dinâmica de trabalho ou renda que pudessem lhe garantir sobrevivência. O negro foi nesse sentido, destituído da existência humana (NASCIMENTO, 1980), e suas possibilidades de edificação social e ruptura com a marginalização, foram sistematicamente anuladas.

⁷ O termo “eugenista” remete ao momento de pós-abolição no Brasil, onde ocorre a difusão ideológica de uma suposta superioridade da raça branca, com uma roupagem “científica” e evolucionista. Clóvis Moura (1994) retoma esse aspecto muito bem, ao contextualizar que na época, grupos como a Liga da Higiene Mental, que condenavam a entrada de negros no país, era vitais para a difusão de tais falácias que na visão de Moura, constituíam uma “uma negação e/ou fuga de nosso ser étnico, cultural e político, expressa através de uma produção estimulada pelo neocolonialismo” (MOURA, 1994, p.8)

Constata-se que a não inserção dos negros em postos de trabalho e na construção das relações tanto econômicas, quanto sociais, evidencia a característica peculiar do Brasil, de convivência entre, nas palavras de Florestan Fernandes (2006), o “ultramoderno” e o “ultra arcaico”.

Na segunda metade do século XX, as teorias raciais pseudocientíficas, vão perdendo força social, entretanto, com a constituição do Brasil república, o contexto de fomento de uma identidade brasileira, se vê ainda influenciado pela ideologia de branqueamento, e dá lugar a criação de um projeto de miscigenação das raças.

A elite brasileira, preocupada com a construção de uma identidade nacional, via está ameaçada pela pluralidade étnico-racial, e a mestiçagem então, se constitui como peça central na ideologia racial brasileira, a partir disso, uma ponte para o destino final: o branqueamento do povo brasileiro (MUNANGA, 1999).

A partir disso, O racismo universalista⁸, como apresenta Munanga (1999), se materializa através da ideia de mestiçagem, essa que se converte em uma busca de assimilação dos membros de grupos étnico-raciais diferentes, na "raça" e na cultura do segmento étnico dominante na sociedade, isto é, brancos.

Munanga (1999) ao retomar passagem do Livro “Preto no branco” de Skidmore (1993) em que o mesmo cita trecho de um jornal brasileiro de 1889, exemplifica a forma como o pensamento brasileiro se referia a ideologia de branqueamento da população, como uma forma de se constituir enquanto nova sociedade moderna, uma meta lúdica e otimistamente bem quista de ser alcançada

"Não há perigo (...) de que o problema negro venha a surgir no Brasil. Antes que pudesse surgir seria logo resolvido pelo amor. A miscigenação roubou o elemento negro de sua importância numérica, diluindo-o na população branca. [...] Como nos asseguram os etnógrafos, e à como pode ser confirmado primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É obvio que isso já começa a ocorrer. Quando a imigração, que julgo ser a primeira necessidade do Brasil, aumentar, irá, pela inevitável mistura, acelerar o processo de seleção" (MUNANGA, 1999, apud SKIDMORE, 1993, p. 90)

⁸ O Racismo universalista para Munanga (1999), refere-se ao apagamento de uma identidade racial positivamente negra, em prol de um modelo de indivíduo “universal”, sem contradições históricas. O racismo nesse sentido, se apropria e recusa ao negro, a possibilidade de se constituir enquanto um grupo étnico. Assim, etnocídio é consequência do racismo universalista.

O tão mencionado mito da democracia racial, é então construído, a partir de desejo de erradicação do negro brasileiro, em prol de um projeto de formação de uma identidade nacional, que a preceito da assimilação e miscigenação entre as raças, só concede aos negros um único “privilégio”, aquele de se tornarem brancos por dentro e por fora (NASCIMENTO, 1978).

Abdias (1980) ressalta que desde o início, o empreendimento da miscigenação se deu de forma truculenta com relação ao corpo da mulher negra, esta que foi meio efetivo de criar a possibilidade de gerar o novo ser, “mulato” que seria o seu intermédio para o avanço de uma nação que herdaria o sangue e a honra do homem branco.

Abdias considera absurdo apresentar o mulato que, na sua origem, é o fruto desse covarde cruzamento de sangue, como prova de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. Ele evoca o ditado popular "branca pra casar, negra pra trabalhar, mulata pra fornicar [...]" (MUNANGA, 2004, apud, NASCIMENTO, 1988, p.61)

No aspecto da ordem social, o surgimento do discurso da democracia racial, coincide com o início do projeto de adaptação da sociedade e do Estado brasileiro ao capitalismo industrial, ocorrido nos anos 1930 (ALMEIDA, 2019), onde a necessidade de unificação nacional e a formação de um mercado interno, originam a produção de tal discurso.

Assim, em virtude do processo de industrialização, a ideia de democracia racial traduz uma dinâmica institucional “em que a desigualdade racial – que se reflete no plano econômico – é transformada em diversidade cultural e, portanto, tornada parte da paisagem nacional” (ALMEIDA, 2019, p.107).

Gilberto Freyre em suas interpretações acerca dos resultados da colonização portuguesa para a formação do Brasil-Nação, foi um dos maiores idealizadores e propagadores do mito da democracia racial, a qual para ele, a junção das raças foi harmoniosa e seria benéfica para a população brasileira enquanto uma sociedade multirracial (SKIDMORE, 1976).

Como aborda Munanga (2004), Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada no triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia, onde tal pensamento vai de encontro ao projeto de criação de um Brasil luso-tropical, que como pano de fundo “democrático”, tem a retomada do racismo como medida de desenvolvimento nacional.

Quijano (2005) argumenta que o Estado nacional na América latina, não é possível de se estabelecer integralmente, uma vez que está sob o domínio da colonialidade do poder, onde a pretexto de uma esparsa democracia, as determinações de raça são escamoteadas de dentro do jogo político e econômico.

Ao argumentar que em países como Brasil, Colômbia e Venezuela "a imposição de uma ideologia de "democracia racial" [...] mascara a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros" (QUIJANO, 2005, p.136), o sociólogo peruano, destaca que o Estado democrático é fruto da tentativa de uma identidade "comum" que é ao mesmo tempo "um espaço de dominação".

Neste sentido, o processo de independência dos Estados na América Latina, tal qual Brasil, sem a descolonização da sociedade, não foi um processo em direção ao total ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder, em outras palavras, com o racismo.

O mito da democracia racial, se coloca como fundamento para o afastamento da população negra do lugar de sujeitos sociais e possuidores de direitos, pois promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (ALMEIDA, 2019) num país onde "todo mundo é brasileiro". Nas palavras de Nascimento

Devemos compreender 'democracia racial' como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo, assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (NASCIMENTO, 1978. p. 93)

Contudo, as estratégias de invisibilização das demandas da população negra, não se expandiu sem que houvesse resistência organizada de negros e negras, que em mobilização, demandavam e exigiam reconhecimento e pertencimento racial enquanto afro-brasileiros, almejando positivar e ressignificar o ser negro.

Nas décadas de 30 em diante, os incipientes protestos negros já se articulavam no sentido de demarcar o pertencimento racial e explorar no âmbito da articulação coletiva, formas de reivindicar melhores condições sociais para a população negra. Dentre organizações mais notórias estão a Frente Negra Brasileira, e o Teatro Experimental do negro. (JORGE; BESERRA; MOURA, 2016)

Já os movimentos negros brasileiros contemporâneos, nascidos na década de 70, com expressão no Movimento Negro Unificado – MNU - retomam os avanços dos movimentos anteriores, substituindo o anti-racismo universalista, pelo anti-racismo diferencialista⁹, tentando redefinir a imagem do negro e do conteúdo da negritude, no sentido de incluir neles não apenas as pessoas fenotipicamente negras, mas também e sobretudo os mestiços descendentes de negros. (MUNANGA, 1999)

O ressurgimento do movimento é dado no final da década de 1970, a partir da ascensão dos movimentos sociais sindicais e estudantis, pela criação do Movimento Negro Unificado em 1978. O Programa de Ação (1982) defendia a desmistificação da democracia racial brasileira, organização política da população negra, transformação do Movimento Negro em movimento de massas, luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, luta contra a violência policial, etc. O MNU foi um marco histórico, pois desenvolveu a proposta de unificar a luta de todos os grupos que representavam o Movimento, a estratégia era igualmente de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade, questionar a ordem social vigente (JORGE; BESSERA; MOURA, 2016, p. 5)

Entretando, Munanga (1999) ressalta que apesar dos esforços dos movimentos negros de construir bases para a discussão sobre pertencimento racial no Brasil, o discurso da democracia racial se estabelecia como ideologia dominante, dificultando em diversos níveis a ampliação de um posicionamento pró negritude para a massa da população. Uma luta que se inicia, mas não se conclui

Apesar do esforço dos movimentos negros em redefinir o negro, dando-lhe uma consciência política e uma identidade étnica mobilizadoras, contrariando a ideologia de democracia racial construída a partir de um racismo universal, assimilacionista, integracionista - o universalismo – aqui, concordamos com Peter Fry - essa ideologia „continua forte no Brasil, na sua constituição e na idéia da democracia racial, mesmo se há sinais (...) de uma crescente polarização“. Se a mestiçagem representou o caminho para nivelar todas as diferenças étnicas, raciais e culturais que prejudicavam a construção do povo brasileiro, se ela pavimentou o caminho não¹⁸ acabado do branqueamento, ela ficou e marcou significativamente o inconsciente e o imaginário coletivo do povo brasileiro. (MUNANGA, 1999, p. 125-126)

⁹ O antirracismo diferencialista tem concepção a partir dos conflitos raciais nos Estados Unidos, onde o apartheid resignou a exclusão e segregação dos negros por conta de diferença de cor. Nesse sentido, Munanga (1999, p.116) ressalta que o racismo anti diferencialista que influencia os movimentos negros no Brasil, resgata a ideia de defesa da democracia pelo Estado, na “construção de uma sociedade igualitária baseada no respeito as diferenças [...] no mesmo pé de igualdade de direitos”

Assim sendo, avalia-se que essa monstruosa máquina ironicamente designada 'democracia racial', omite o genocídio que vem se perpetrando contra o afro-brasileiro (NASCIMENTO, 1978) e se coloca como um dos elementos estruturantes de reprodução do racismo contemporâneo, que invisibiliza as desigualdades históricas, que atravessam a existência material de pessoas negras e se interpõe na relação de vida, saúde, direitos de tal população.

2 A CONSTITUIÇÃO DO HOMEM NEGRO – MASCULINIDADE MARGINALIZADA

Antes de introduzir a reflexão, cabe ressaltar o papel que o movimento feminista teve na reconceituação das identidades sociais em todo o mundo (PINHO, 2004). Neste sentido, o primeiro momento deste capítulo traz um resgate de como a concepção de masculinidade negra pode ganhar adornos de discussão na realidade.

Inicialmente, o campo das masculinidades como consciência e questionamento do papel “do homem”, surge como debate civil especialmente com os Movimentos de Liberação das Mulheres, de Liberação dos Gays e de Liberação dos Homens, nos anos 70 (CONNELL, 1995).

As fontes primárias para os estudos da masculinidade se deram sobretudo em teorias feministas norte-americanas, que contestavam os papéis e desigualdades sociais baseadas no gênero¹⁰, e se articulavam com reivindicações por igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Connell (1995), toma por fundamental localizar a masculinidade em uma relação de disputa de poder, e a posiciona dentro do caráter relacional do gênero, definindo a masculinidade como sendo “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero.” (CONNELL, 1995, p.188)

A partir de tal compreensão mais abrangente acerca da relação entre gênero e organização social, Connell e Messerschmidt (2013) explicitam a masculinidade hegemônica como sendo, não apenas uma série de expectativas, de papéis ou uma identidade, mas como um padrão de práticas, que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres existisse e continuasse.

A universalização do modelo de masculinidade hegemônica, tem como pano de fundo o projeto de modernidade androcêntrico¹¹ europeu, adornando contornos ao Cis-hétero-patriarcado, um sistema político modelador da cultura e dominação

¹⁰ Gênero aqui definido não apenas com um caráter biológico ou sexual, mas como relata Scott, gênero é retomado através da perspectiva do movimento feminista americano, como forma de "ênfatar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo." (SCOTT, 1990, p.2).

¹¹ O termo androcentrismo foi utilizado por Lester F. Ward (SOUZA, 2009), para sinalizar não apenas do privilégio masculino, mas também como a forma de produção de conhecimento e experiências se resumem a uma tendência quase universal de pertencer ao Homem.

masculina, especialmente contra as mulheres, reforçado pela religião e família nuclear, regulando e impondo papéis de gênero (AKOTIRENE, 2019).

Tal perspectiva, rompe com a tendência de pensar as relações de gênero enquanto puramente comportamentais, ou apenas por papéis sociais de homens e mulheres, assim, é contundente “ênfatizar que o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o estado [...] tendo, na verdade, uma importante dimensão internacional” (CONNELL, 1995, p.189).

Nesse sentido, a masculinidade hegemônica, não se pretende assumir fixa e nem se define a partir de uma “naturalidade” do ser homem. Com efeito, não assumindo um sentido “estático” em si, “sua construção é determinada pelos contextos geográficos e sócio culturais, sendo necessário considerar que as masculinidades estão constantemente mudando na história.” (CONNELL, 1995 p.191).

Nos anos 80, o enfoque sobre masculinidade ganhou outros contornos conforme a inserção das contribuições do Black feminism¹², incorporando no debate as especificidades que integram a construção da masculinidade do homem negro, ressaltando o aspecto racial na discussão.

Os estudos de autoras como Bell Hooks, Ângela Davis, Kimberlé Crenshaw e Maxine Baca, sinalizaram a importância da não universalização do homem, inserindo o debate sobre desigualdades sociais relativas à raça e classe ao debate do feminismo estadunidense, como remonta Vigoya (2018):

Uma das contribuições mais importantes do Black feminism à desnaturalização das categorias de raça e sexo foi a oposição a todo tipo de determinismo biológico, e nesse sentido, também a essencialização dos homens por sua condição biológica. [...] A esses postulados se somaram as reflexões propostas pela crítica pós colonial que coincidiu com o black feminism em sua análise da masculinidade como construção histórica e cultural específica.” (VIGOYA, 2018, p.52)

A partir da compreensão do carácter relacional do gênero, identifica-se a masculinidade, como dentro de um processo de intercruzamento com as demais dinâmicas da estrutura social, tais quais raça, classe, contexto social. Por tal

¹² Feminismo negro (tradução livre).

dimensão, a masculinidade hegemônica equivale a uma, “que tem outras masculinidades agrupadas em torno de si” (CONNELL, 1995, p. 189).

O modelo de homem estabelecido na sociedade ocidental moderna, se configura a partir de um referencial de dominação patriarcal, que através da sua dinâmica histórica se fez normativa, e exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Tradicionalmente, e de um modo um tanto quanto esquemático, seria possível dizer que o modelo de masculinidade hegemônico nas sociedades ocidentais apresenta-se com um conteúdo determinado: o homem, no pleno gozo de suas prerrogativas, seria adulto, branco, de classe média e heterossexual. Outros modos específicos e concretos, localizados e estruturados de masculinidade estariam subalternizados ou seriam constituídos por formas contextuais de subalternização. (PINHO, 2004, p.66)

Nesse aspecto, é importante destacar o retorno às bases coloniais da produção do sentido da raça, como critério de dominação, para se pensar a masculinidade negra, uma vez que o modelo capitalista patriarcal é que tornou possível a organização da masculinidade e de suas complexas pluralidades no mundo

a historicidade é que não podemos ignorar a maioria da população do mundo, nem tampouco a história que tornou possível as masculinidades hegemônicas dos poderes hegemônicos: a história do imperialismo. Essa história inclui a conquista colonial direta, que fez das relações de raça uma parte inevitável da dinâmica de gênero. O imperialismo teve um impacto direto sobre a reconstrução das masculinidades na metrópole, bem como nas colônias. (CONNELL, 1995 p. 192).

Destarte, o modelo de masculinidade marginalizada, proposto por Connell (2013) é crucial para compreender como as relações de raça e etnia incidem sobre a dinâmica dominação/subordinação, onde a masculinidade negra é deste modo, subtraída do lugar de poder masculino, uma vez que o componente raça a inferioriza dentro da socialização colonial.

A masculinidade negra, é como suscita Fanon (2008), sobredeterminada pelo exterior, pelo contato com o branco, com as implicações da colonialidade e da subjetivação violenta, aquém das formas de existir no mundo. O homem negro se vê

preso numa “zona do não ser” (FANON, 2008, p.28), e o branco incita-se assumir a condição de humano, e o negro é o outro, sobrepujado, animal, objeto.

Portanto, o homem negro, é fruto da racialização, vinculada a raiz colonial escravocrata, que retirou de si todas as possibilidades de construção subjetiva do que é ser para si, ou até mesmo a reprodução de modelos de masculinidade ancestrais, dados os processos de sublimação de uma identidade negra pré-colonial. O negro é

Inserido em uma sociedade marcada profundamente pelo patriarcalismo e pela supremacia do “macho”, que lhe destituiu os atributos essenciais que compunham possíveis identidades masculinas vividas em terras africanas (como a autoridade, a responsabilidade familiar e a posse de propriedade). (SANTOS, 2014, p.13)

Através deste continuum, o homem preto também se constitui enquanto imposição de uma subordinação no confronto simbólico, entre a masculinidade branca, ocidental e hegemônica, que configura o algoz que promoveu os processos de desumanização, e inviabilizou as demandas internas de uma possível identidade masculina fora das normas, instrumentos e cosmogonia da branquitude¹³.

Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta. (FANON, 2008, p.104)

Partindo da premissa da lógica do gênero enquanto relacional, regional, e no campo das práticas, de disputas e acordos, possibilita-se que uma masculinidade subordinada ou marginalizada exerça em algum momento reproduções de poder hegemônico, uma vez "quando abordamos as sociedades ocidentais estamos falando de um "ideal de força física, firmeza moral e potência sexual" (RESTIER; SOUZA, 2019, apud COURTINE, 2012, p.80)

Como relembra, Connell e Messerschmidt (2013) para entender a incorporação e a hegemonia, precisa-se compreender que os corpos são tanto objetos da prática

¹³ "A branquitude é entendida como uma posição em que os sujeitos que ocupam esta posição, foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantem e são preservados na contemporaneidade." (SCHUCMAN, 2014, p. 84)

social como agentes *na* prática social, e nesta relação, “o homem negro escravizado e vítima de violências físicas e simbólicas acabou se apropriando de certos valores patriarcais presentes no código de comportamento masculino do homem branco, tais como a força física e o desempenho sexual vigoroso.” (SANTOS, 2014, p.13).

Existem circuitos de práticas sociais ligando processos corporais e estruturas sociais – muitos desses circuitos se somam ao processo histórico no qual a sociedade é encorporada. Esses circuitos de encorporação social podem ser muito diretos ou simples, ou podem ser longos e complexos, passando por instituições, relações econômicas, símbolos culturais, e assim por diante (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005 p.270)

Conrado e Ribeiro (2017) são concisos ao questionarem se os dividendos patriarcais¹⁴ são recebidos ‘do mesmo modo’ por todos os sujeitos que vivenciam a masculinidade, lembrando que ao se pensar o homem negro, tal lógica de privilégios, não se estabelece de forma fixa.

Ao se pensar a dinâmica de gênero, "o poder não é algo estável que se possui para sempre, mas sim um elemento relativo a diversas circunstâncias e situações que extrapolam os modelos." (FAUSTINO, 2014, p.98). Assim, homens negros não estão isentos de exercer dominação ou opressão sobre outras identidades tais quais, mulheres negras, ou masculinidades dissidentes.

Porquanto, tal dinâmica relacional, não anula os processos de marginalização ou inverte a lógica de poder que reside nessa dinâmica hegemonia x subordinação, dominação x dominados, colonizadores x colonizados, adotando na mesma medida, caráter circunstancial (FAUSTINO, 2014).

Grada Kilomba (2019) é pontual ao caracterizar a forma como o olhar do mundo conceitual branco, a partir dos processos de subalternização colonial, impugnam ao negro uma visão deturpada sobre si e suas formas de ser, fruto da idéia de que “o sujeito negro é identificado como objeto "ruim". (KILOMBA, 2019, p.39)

Ao referir Bell Hooks (1989), Kilomba (2019) possibilita rascunhar outro lugar que não o de objeto do branco, lembrando ao povo negro que, suas “identidades são criadas por outros, e nossa história designada somente de maneiras que definem

¹⁴ Connell chama de dividendos patriarcais os privilégios adquiridos por homens em uma sociedade patriarcal como salários maiores, domínio dos meios de violência, e acesso político (CONNELL, 1995, p.197)

(nossa) relação com aqueles que são sujeitos" (KILOMBA, 2019, apud HOOKS, 1989, p.42)

Portanto, na dinâmica relacional do gênero, (e raça) o homem negro apesar de sobrepujado, não se esgota em seus limites, e suas possibilidades de exercer o ser negro, e outras formas de masculinidade, não hipersexualizadas e brutalizadas. Não se cerceando finalmente, ao que tange sua relação directiva com a masculinidade hegemônica, violenta, viril, patriarcal, branca, colonial.

Especificamente, em se tratando de Brasil, é imprescindível localizar o homem negro num espaço de violação de sua integridade física, moral e subjetiva. Entretanto, reconhecer tal local, traz também, outros caminhos de se pensar tal corporeidade, em práticas e discursos desvinculadas do lugar das excruciantes dores armazenadas na raiz colonial e das violências cotidianas, a serem debatidas a seguir.

2.1 NECROPOLÍTICA - HOMEM NEGRO E O NÃO DIREITO A VIDA

Ao se falar do homem negro no contexto brasileiro contemporâneo, é quase que inevitável, trazer o olhar diretamente para a questão da violência, que preocupa não só a população negra, mas chama atenção de organizações internacionais e do mundo, pelo caráter sistêmico e recorrente de tal fato.

Em 2020, a Organização das Nações Unidas (ONU), emitiu uma denúncia-alerta ao Brasil, após o assassinato de um homem negro, numa grande rede de supermercados, o Carrefour¹⁵, indicando-o como o caso extremo reflete a violência recorrente contra a população negra no Brasil.

Como visto anteriormente, as bases constitutivas do Estado brasileiro, são atravessadas pelo racismo, e mesmo após o fim da escravatura, perpetuou por meio do mito da “democracia racial”, a violação da vida e dos direitos de pessoas negras através do discurso anulador das contradições raciais existentes.

O racismo que “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2019, p. 21), se posiciona como fundamento base para localizar a população negra em condições desfavoráveis e de vulnerabilidade social no Brasil.

Assim, cabe pontuar que o racismo adquire um patamar estruturante nas objetivações sociais, políticas, econômicas, culturais e subjetivas no que concerne à formação do Brasil contemporâneo, e também em seus atravessamentos institucionais, e das relações. O racismo é então, estrutural, na medida que

é definido por seu caráter *sistêmico*. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um *processo* em que as condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (ALMEIDA, 2019, p. 34, grifo do autor)

Os dados atestam as desigualdades sociais com base na raça: Segundo o levantamento "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi indicado que dos 10% da população

¹⁵Fonte: <https://observador.pt/2020/11/24/onu-denuncia-racismo-estrutural-no-brasil-apos-homem-negro-morto-em-supermercado/>

com maior rendimento per capita, os brancos representavam 70,6%, enquanto os negros eram 27,7%. Entre os 10% de menor rendimento, isso se inverte: 75,2% são negros, e 23,7%, brancos.¹⁶

Dados discrepantes do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDHB) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil) e a Fundação João Pinheiro, mostra que o analfabetismo é presente entre os maiores de 25 anos para 11,81% dos negros, contra 5,09% dos brancos.¹⁷

Quando a lupa se direciona para a realidade do homem negro em específico, tais dados deixam ainda mais “explícitos os desdobramentos do racismo estrutural e institucional diante de processos que demarcam as profundas desigualdades sociais existentes no país” (ELPÍDIO, 2020b, p.841).

Dados verificados no Atlas da violência, construído com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM), mostram que em 2018, a população negra representava 75,7% das vítimas de homicídios. Significando, três negros assassinados para cada um não negro.¹⁸

Em se tratando especificamente do público masculino, o informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que homens negros tem 2,7 mais chances de ser vítima de assassinato do que os brancos.

Entre os pretos e pardos, eram 98,5 assassinatos a cada 100 mil habitantes. Fazendo o recorte apenas dos homens negros nessa faixa etária, a taxa de homicídio sobe para 185.¹⁹ Os dados espantosos não deixam dúvidas. A vítima de violência no Brasil, tem cor, tem classe e tem gênero: Homem, negro e pobre.

¹⁶Fonte:<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.html>

¹⁷Fonte:<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/09/4878895-disparidade-antes-mesmo-da-pandemia.html>

¹⁸Em Atlas da Violência, 2019.

¹⁹Fonte:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/negros-ou-pardos-tem-27-mais-chances-de-se-rem-mortos-do-que-brancos>

Ao retomar Foucault, Mbembe (2016) descreve nos termos do autor, que racismo é acima de tudo, uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder²⁰, o direito soberano de morte. Nesse sentido, o racismo enquanto construção inerente às sociedades modernas, repercute historicamente como “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2016, apud, FOUCAULT, 1997, p.214).

O teórico e filósofo Camaronês, ressalta a centralidade da raça na dinâmica do biopoder, ou seja, a decisão de quem vive, ao lembrar que a raça sempre foi a sombra presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, “especialmente quando se trata de dominá-los” (MBEMBE, 2015, p.18), como foi o caso da colonização de América Latina e Brasil.

Introduzindo o conceito de Necropolítica, que auto intitula o ensaio construído por Mbembe (2016) para este fim, o mesmo revela o aspecto do poder soberano do Estado, em decidir quem vive e quem morre, a partir da perspectiva da dominação racial, como elemento central nas estruturas de nações coloniais contemporâneas.

Nesse sentido, Mbembe (apud FOUCAULT, 1976, p.228) salienta que o direito soberano de matar, pode ser visto como elemento constitutivo do poder do Estado na modernidade. A soberania nesse aspecto, se estabelece como a força através da qual, toma sentido as práticas de violência com base na raça. A soberania moderna

é o mundo no qual o limite da morte na alegada necessidade de evitar a morte foi abandonado. A morte está presente nele, sua presença define esse mundo de violência, mas, enquanto a morte está presente, está sempre lá apenas para ser negada, nunca para nada além disso. O soberano [...] é ele quem é, como se a morte não fosse... Não respeita os limites de identidade mais do que respeita os da morte, ou, ainda, esses limites são os mesmos; ele é a transgressão de todos esses limites. (MBEMBE, 2016, p.15)

Assim, enquanto o biopoder, mantém na modernidade seus acordos com o governar para vida, para o direito de existir, a Necropolítica, ou política da morte, se torna ferramenta para identificar que corpos são dignos de viver, e a outridade (KILOMBA, 2019) que deve e precisa morrer.

²⁰ Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer (Mbembe, 2016, p.16). Ver – Foucault. Em defesa da sociedade (1976)

O Estado brasileiro cunhado nos termos da colonialidade do poder, é um inconfundível exemplo de como o racismo converte-se em tecnologia de poder, de modo de “internalizar as contradições”, fato que se estabelece através da falaciosa democracia racial e que ecoa no projeto de Estado engendrado ao capitalismo

O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem – garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos – e a “internalização das múltiplas contradições”, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação. (ALMEIDA, 2019, p. 93)

Cabe ressaltar que a saúde pública, o saneamento básico, as redes de transporte e abastecimento, a segurança pública, são exemplos do exercício do poder estatal sobre a manutenção da vida, de forma que, sua ausência, seria o deixar morrer. Deste modo, a política da morte se efetua, no Estado neoliberal brasileiro em suas funções relativas à expansão do capital.

Estado capitalista capitaneado na quadra recente pelo neoliberalismo e ultraliberalismo tomado por tendências mundiais de uma forma usurpadora de recursos públicos para salvaguardar os interesses e o lucro privado. Análises recentes indicam que desde o golpe jurídico-democrático de 2016, tem-se instalado no Brasil uma busca incessante para resolver por meio de espoliações, expropriações, perdas drásticas de direitos, intensificação e ampliação da superexploração do trabalho, um conjunto de investidas contra a classe trabalhadora para oferecer fôlego ao capital em crise. (ELPÍDIO, 2020b, 843)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou pandemia Mundial por conta do coronavírus (Covid-19), que se espalhou rapidamente, infectando em massa a população global. No Brasil, os efeitos estão sendo sentido até o momento presente com o número de óbitos já passando os 600.000.²¹

No atual contexto de crise sanitária, não é só a disseminação do vírus que contribui para o Estado de calamidade a qual se encontra o país, mas a articulação das ações e ideologias anti científicas e antinegro, do governo abertamente ultradireitista e liberal do Presidente Jair Bolsonaro (sem partido), com a política de

²¹Fonte: <https://exame.com/brasil/casos-de-coronavirus-numero-de-mortes-08-de-outubro-de-2021/>

morte. A frase "alguns vão morrer, ué"²², proferida por Bolsonaro, explícita no discurso, como o Necropoder funciona: Descartando.

No Brasil do "somos todos iguais", os corpos alvo da política de morte, tem características: Dados do Ministério da Saúde, mostram que a maior vítima de covid 19 no Brasil tem um padrão, um rosto, é homem, preto e pobre. Das vítimas que se pôde identificar a cor, 61% são pretas e pardas. Seis em cada 10 vítimas são homens. O único momento em que o Estado se volta para a população negra, não é para favorecer.

Outro ponto a destacar na discussão, é que ao pensar os contornos da ocupação colonial moderna, Mbembe (2016) traz elementos para pensar uma das faces mais excruciantes do Necropoder do Estado Brasileiro: A militarização das favelas. Os atravessamentos de raça e exercício de poder soberano incidem cruelmente nestes territórios, onde

O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis. (MBEMBE, 2016. p. 48-49)

As estáticas elucidam tal análise. Em levantamento do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), através da Lei de Acesso à Informação, pretos e pardos representavam 78% dos mortos por intervenção policial no Rio de Janeiro em 2019. O número de mortes por intervenção legal foi o maior número registrado desde 1998.²³ Essa é a face do racismo que desumaniza suas vítimas (ALMEIDA, 2020).

O discurso de guerra contra o tráfico para legitimar intervenções armadas nas favelas, é um pleito típico no Brasil. Em seu artigo, 'Guerra às drogas?', Ferrugem é pontual ao questionar o caráter hipócrita e perverso de tal discurso, afinal "Quem é o

²²Fonte: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-sobre-coronavirus-alguns-vaomorrer-lamento-essa-e-a-vida/>

²³Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/06/pretos-e-pardos-sao-78percent-dos-mortos-em-aco-es-policiais-no-rj-em-2019-e-o-negro-que-sofre-essa-inseguranca-diz-mae-de-agatha.ghtml>

inimigo real desta guerra? Onde estão as vítimas?" (FERRUGEM, 2020, p.45) e evidência com dados

Não é possível ignoramos o fato de que a vitimização apresenta padrões particulares: 53% das vítimas são jovens; destes, 77% são negros e 93% do sexo masculino. O risco de perder a vida pela violência não se distribui "aleatória e equitativamente por todos os segmentos sociais e raças, ao contrário, concentra-se na camada mais pobre e na população negra, reproduzindo e aprofundando as desigualdades sociais e o racismo estrutural" (FERRUGEM, 2020, apud BRASIL, 2016, p. 5)

Para traçar um paralelo recente, durante o período de pandemia, apesar do Supremo Tribunal Federal (STF), ter estabelecido proibição de ações policiais nas favelas do Rio de Janeiro, a polícia militar realizou no dia 06 de maio de 2021, uma violenta ação, que culminou na morte de 28 pessoas, 28 homens, a maioria, negros. Uma chacina que representa a operação em favela, mais letal do Rio de Janeiro.²⁴

Os dados aqui expostos são concisos, mas são apenas uma parcela das iniquidades sociais que atingem homens e mulheres negras no território brasileiro. Tais indicadores que carregam o peso de vidas aniquiladas, são pistas para reflexões que evidenciam o papel do Estado em corroborar e legitimar o genocídio²⁵ estratégico dessa população.

Tanto a guerra às drogas, o encarceramento em massa, as ausências históricas do Estado, agravadas sobretudo na atual gestão da pandemia por um (des) governo ultraliberal, reafirmam o compromisso do Estado com a necropolítica, em ditar as vidas que serão descartáveis. A desumanização do negro e o genocídio, como Ressalta Magali Almeida (2020), se tornam princípio.

A exposição de dados indica o alvo da política de morte no Brasil: O homem negro. Tal exposto salienta a indagação: "Até que ponto as reflexões sobre masculinidades e saúde dos homens estão atentas às mazelas materiais e simbólicas provocadas pelo racismo, e principalmente, o quanto o racismo delimita a construção das masculinidades?" (FAUSTINO, 2014, p.77).

²⁴ Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/10/o-que-se-sabe-sobre-a-operacao-no-jacarezinho-que-matou-28-pessoas>

²⁵O conceito de Genocídio é definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Neste trabalho cabe ressaltar, que na análise de Nascimento (1978) sobre a estrutura social brasileira o genocídio, neste contexto, está ancorado estritamente na relação com raiz de aniquilação do negro advinda do período da escravidão colonial, e se estende até os pós abolição.

2.2 A SAÚDE DO HOMEM NEGRO – OLHAR PARA UMA REALIDADE INTERSECCIONAL

Para localizar a saúde do homem negro, pela lente estrutural, se faz necessário antes “posicionar as reflexões sobre masculinidade negra, junto ao acúmulo teórico, político produzido pelo movimento de mulheres negras, para, em seguida, pensar complementariedades, sinergias, e possíveis tensões daí recorrentes.” (FAUSTINO, 2014, p.103 e 104).

Nesse sentido, traz-se ao debate a chave de análise da interseccionalidade, ideia difundida pela feminista negra, Kimberlé Crenshaw, que parte do pressuposto que os protocolos de intersecção das opressões de cunho estrutural, sejam analisados de forma contextual (CRENSHAW, 2002). Explicando,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades [...] (CRENSHAW, 2002, p.177)

Ao pensar a construção do homem negro no Brasil, a desigualdade social de classe, em contraposição com a raça e os códigos da masculinidade hegemônica, se inter cruzam na existência deste corpo, onde tais marcadores sociais conduzem a produção de um corpo vulnerabilizado e simbolicamente personificado.

Como relembra Santos (2014), as relações de exploração e escravidão colonial no Brasil, constituíram espacialidades em que inúmeros estereótipos e projeções sobre o microcosmo dos homens negros foram forjados, neste sentido, existe um imaginário social pré concebido sobre estes indivíduos

Os homens negros eram sempre caracterizados como indivíduos exóticos, irracionais, fetichistas, bárbaros, incivilizados, dentre outros adjetivos, classificações e juízos de valores de grande teor etnocêntrico e, sobretudo, racista. A escravização dos povos africanos gerou várias projeções imagéticas sobre os homens negros, que eram vistos generalizadamente como meros animais, desprovidos de razão, inteligência, humanidade e cultura. (SANTOS, 2014, p.8)

Assim, no homem negro é maciçamente inculcado os marcadores resultantes do racismo, que mesmo após a formação do Estado democrático, se viu estigmatizado e “identificado, na maior parte dos casos, como bruto, degenerado, crônico, moralmente deficitário e pouco promissor” (RESTIER; SOUZA, 2019, p.37).

Além das estatísticas de iniquidades provocados por fatores sociais “externos”, relativos à violência das ruas e do Necropoder do Estado, o homem negro lida com as nuances no âmbito subjetivo e comportamental, que se articula com valores patriarcais, que supõem o espectro do cuidado como comportamento e aspecto feminino, logo negativado pelo machismo

a construção da masculinidade com marcas identitárias – como adoção do status quase que exclusivo de ser ativo, a crença de que deve expressar invencibilidade, a associação do masculino à necessidade de expor-se ao risco, a naturalização do descontrole sexual e a redução do exercício da sexualidade à penetração – pode influenciar a não adoção de medidas de proteção contra doenças. (GOMES; NASCIMENTO, 200, p. 909)

Tais valores patriarcais, se referem a práticas que precisam ser adotadas e se referem a uma virilidade, “que normatiza as ações e comportamentos das masculinidades, e sobretudo tensiona disputas, e relações entre homens brancos e negros acerca de um padrão quase impraticável de masculinidade” (RESTIER; SOUZA, 2019, p.22).

Esses marcadores de masculinidade a serem reproduzidos por homens brancos e negros, se alinham justamente no que remete a possibilidade de ir e vir, de integridade física, psicológica e intersubjetiva, do contato com a violência, alcoolismo, imprudência, má alimentação, uso de abusivas drogas, sexo desprotegido, em outras palavras, incidem diretamente nos processos de saúde.

Cabe avaliar que o modelo hegemônico a ser alcançado através da virilidade do homem negro, não se coloca como um valor masculino em si, mas como um efeito reativo a condição de subalternização inerente a sociedade onde o modelo a ser alcançado é o do patriarcado e a virilidade plena exercida pelo homem branco (FAUSTINO, 2014). Nesse esquema

A adoção de tais marcadores de masculinidade situa o homem negro em um lugar de contato direto com o outro estratégia importante desse duelo [viril] é a hipervirilização, na qual uma série de estereótipos

são vinculados aos corpos dos homens negros distorcendo seu porte físico (ultraressistente), força (sobre-humana), moralidade (degenerada) e sexualidade (desenfreada), aproximando- o do reino animal, tornando um perigo que precisaria ser domesticado. (RESTIER; SOUZA, 2019, p. 42)

Dessa forma, percebe-se que essas normas não se estabelecem de forma justa para homens negros e brancos, e no “duelo viril”²⁶ o homem negro se localiza em desvantagem. A desumanização e a bestialização do corpo negro, reestabelecem o elo com a produção e acúmulo de dores e circunstâncias que retroalimentam, os próprios estigmas a ele direcionados, os relativos a estéticas de morte

Considerando que as condições sociais provocam impactos na saúde; que associamos as piores condições de vida e acesso a bens e serviços de saúde de qualidade à mortalidade por tuberculose, malária, doença de Chagas, HIV/Aids, alcoolismo, morte materna, morte sem assistência, morte por causas mal definidas e causas externas; e sendo a população negra aquela que, em nossa sociedade, possui as piores condições de vida, então a mortalidade por tais causas provavelmente será maior para os negros. (BAPTISTA, 2005, p. 73-74)

Ao discutir "Masculinidade, raça/cor e saúde", Baptista (2005) faz uma comparação de dados estatísticos de saúde do homem negro, com relação ao de homens brancos no Estado de São Paulo. Um desses dados corresponde a tuberculose, uma doença que historicamente no Brasil, tem relação direta com baixas condições de saneamento básico. Em seus resultados, consta que

A tuberculose respiratória teve maior incidência entre os homens negros (16,13 por 100 mil, sendo de 4,88 por 100 mil entre os homens brancos) (Gráfico 1). A razão entre a taxa de mortalidade indica que as mulheres e os homens negros morrem três vezes mais que os brancos por tuberculose. [...] Como pode uma doença perfeitamente curável causar a morte de um número tão expressivo de pessoas no Estado de São Paulo, considerado como o mais avançado do País? Por que as mulheres e homens negros morrem três vezes mais que os brancos? Por que as taxas de mortalidade são tão expressivas entre os homens? (BAPTISTA, 2005, p.74)

Cabe notar, que a discrepância entre a forma como um homem branco adoece, é comprovadamente diferente da forma como um homem negro adoece e/ou morre.

²⁶ A metáfora do "duelo viril" abordado por Christielle Taraud (2013), é utilizada para ilustrar a o dinamismo relacional das masculinidades na disputa por poder e narrativas sexuais entre homens brancos e negros, tendo como pano de fundo o carácter da dominação colonial. (Restier e Souza, 2019)

Tais fatores são decisivos para se pensar um outro tipo de construção e mobilização política a reconhecer de perto, os fatores que diferenciam os processos de saúde entre negro e brancos.

Em “O genocídio do negro brasileiro”, o professor e ativista Abdias do Nascimento, traz certa passagem, em referência aos "africanos livres", assim designados os inválidos, idosos, sequelados e enfermos que eram lançadas a "própria sorte" pelos colonizadores e tinham absorção no exército no lugar dos filhos brancos dos senhores de terra

Africanos livres" se tornavam também aqueles escravos utilizados como soldados para fazer as guerras de destruição dos dirigentes brancos. Obtinham soldados prometendo a liberdade para os escravos que se alistassem no serviço militar. Para se tornarem, mesmo precariamente livres, muitos se inscreveram: buscaram a liberdade de morrer nas guerras dos colonizadores escravocratas. A covardia de tal processo de conscrição se demonstrava revoltante através do comportamento dos filhos do senhor branco: quando convocados para⁶⁵ servir o exército, enviavam em seu lugar o escravo, preferindo arriscar a vida negra antes que a sua própria vida branca. (NASCIMENTO, 1978, p. 65-66)

A observação de vil episódio, expõe cruamente, a forma como o homem negro era identificado como a corporeidade predestinada ao confronto com a violência e com a morte, simbólica e física, em detrimento, da vida do homem branco. Como isso reverbera no presente? O duelo viril, nunca foi equilibrado.

Dessa maneira, se faz "necessário estar atento para as armadilhas das aparições coloniais" (RIBEIRO; FAUSTINO, 2017, p.173) que sondam o corpo negro a partir da exploração de seu corpo, sua subjetividade e suas outras formas de se enxergar e ser no mundo, para além da masculinidade competitiva e patriarcal que corrobora com o sistema capitalismo colonial e racista.

Assim, é viável se atentar que, em meio aos sistemas de opressão sobrepostos, um ao outro, a masculinidade negra vai estar mais expostas as iniquidades e sua saúde, vai se encontrar majoritariamente no lugar de vulnerabilidade. O olhar interseccional, nesse aspecto é o prisma a partir do qual se pode identificar onde estão os privilégios do corpo branco na acessibilidade a saúde, na expectativa de vida, nas oportunidades de emprego, em contrapartida ao corpo negro que é alvo do Necro-Estado. (CESARO; SANTOS; SILVA, 2018)

Reitera-se ainda que dados de morbimortalidade, quando deslocados dos marcadores sociais que produzem hierarquias de masculinidades, são insuficientes para explicar os processos de vulnerabilidade e adoecimento dos homens no planejamento de políticas públicas (CESARO; SANTOS; SILVA, 2018), sendo necessário se apropriar do olhar para a estrutura social, e como destacado anteriormente, a interseccionalidade tem esta potencialidade.

Tais reflexão estão longe de colocar o homem negro como “mártir”, mas ao contrário, é a medula de um debate que visa reestabelecer a verdade sobre a complexidade que atravessa a constituição desta identidade, a fim de promover políticas e caminhos possíveis de equidade e reparação, para que a partir disso, o homem negro possa se experienciar integralmente em suas nuances de saúde, vida e ruptura com estatísticas de dor.

3 QUESTÃO RACIAL E SAÚDE: AVANÇO DO DEBATE NO NÍVEL DA POLÍTICA DE SAÚDE

O conceito de saúde no Brasil, se constitui através de diversos movimentos históricos e transformações sociais, que envolvem o conjunto da sociedade no decorrer do séc. XX. Para o entendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) tal qual conhecido hoje, é necessário entender os movimentos que desencadearam os valores os quais o próprio SUS preconiza atualmente.

Como parte primordial do processo, o movimento sanitário no Brasil, apresentou grande crescimento em meados de 1970 a partir dos encontros, e do desenvolvimento de uma produção teórica que envolvia a área da saúde. Nesse cenário, se passou a discutir os efeitos perversos da economia centralizadora e suas consequências no que tange a prática da saúde sob a perspectiva da estrutura de classes (BRAVO, 2006).

O Movimento de Reforma Sanitária objetivava principalmente a universalização do acesso à saúde; a concepção de saúde como direito social e dever do Estado; a concepção ampliada de saúde e a reestruturação do setor através da estratégia do Sistema Integrado de Saúde, tal como o SUS hoje.

Nesse movimento é salientada a necessidade da promoção de ações e estratégias como forma de se consolidar a ideia de equidade no acesso a política de saúde, e além, o comprometimento dos profissionais dos mais diversos campos do saber, em identificar para além da dicotomia saúde-doença, as condicionantes sociais que se interpõe no processo de adoecimentos físico e mental da população.

No decorrer dos anos 80, a análise da política de saúde teve como aspectos centrais a politização da questão saúde, a alteração da norma constitucional e a mudança do arcabouço e das práticas institucionais, sendo tal período histórico marcado sobretudo pela politização da questão da saúde.

Tal movimentação se expressa em um marco de extrema importância para o debate sobre saúde na década de 1980: A 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), que uniu não só categorias profissionais da saúde, como também representantes da sociedade civil, e movimentos sociais para compreender e reivindicar a saúde nos moldes da Reforma Sanitária (BRAVO, 2006).

O início do debate se deu com o conceito de saúde e doença que vinha sendo difundido pela Organização Mundial de Saúde –(OMS), onde saúde não é apenas e simplesmente ausência de doença. Segundo a OMS, a saúde vai além. Saúde deve ser entendida como bem-estar físico, mental e social (AROUCA, 1987), em todo o campo engloba

O direito ao trabalho, a um salário condigno; é o direito a ter água, à vestimenta, à educação, e, até, a informações sobre como se pode dominar este mundo e transformá-lo. É ter direito a um meio ambiente que não seja agressivo, mas, que, pelo contrário, permita a existência de uma vida digna e decente; a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e de autodeterminação de um povo. É não estar todo o tempo submetido ao medo da violência, tanto daquela violência resultante da miséria, que é o roubo, o ataque, como da violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos interesses que não sejam os do povo. (AROUCA, 1987, p.34-35)

Como ressalta Werneck (2016) os movimentos negros brasileiros nos anos 90, tiveram papel fundamental na mobilização em prol dos valores da reforma sanitária, no sentido de demarcar a discussão da saúde da população negra a partir de indicadores sociais, e as especificidades que permeiam a construção de políticas para tal grupo.

A vinculação entre racismo e vulnerabilidades em saúde chegou à agenda da gestão pública com mais força após a realização da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em 1995, e a partir de então no âmbito da saúde negra, houveram avanços como a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), e a Mesa Redonda sobre Saúde da População Negra em 1996. (WERNECK, 2013)

O frenesi político de diversos setores das sociedades, tais quais o movimento negro, no instante da redemocratização do país, culminou na elaboração da Constituição Federal de 1988, que no campo das políticas sociais, trouxe a concepção de Seguridade Social, que tem como característica a universalização e a integralidade entre saúde, assistência e a previdência (BRAVO, 2006). Na constituição de 1988, saúde se define como

direito de todos e dever do Estado, garantido através de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988)

Esta nova concepção de saúde, fruto de muita mobilização política, expõe o quanto as condições da estrutura social, incidem nos processos de saúde. A partir desses movimentos de enfrentamento do que Bravo (2004) chama de “modelo gerencial” que tem como principais características a descentralização, a eficiência, o controle dos resultados e a redução dos custos e produtividade, a saúde começa a ganhar uma dimensão maior do que apenas um campo envolvendo os hospitais e medicamentos.

Apesar dos desafios impostos para sua implementação e efetivação, pensando a luta da reforma sanitária contra o modelo privatista²⁷, o Sistema Único de Saúde, edificado a partir da constituição de 1988 é preconizado pela lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e tem três princípios fundamentais estruturados, a nortear as ações, pensando a saúde da população, a saber: Universalidade, Equidade e Integralidade (GAMA, 2005).

Cabe apontar que as demarcações acerca das requisições urgentes do movimento negro, por formulações específicas para população negra na área da saúde, resultaram em alguns processos normativos e avanços construídos pelas entidades públicas, e a questão racial na saúde, passou a ter mais visibilidade. Esse cenário foi crucial na conquista direitos como

a inserção do quesito raça/cor na Declaração de Nascidos Vivos e de Óbitos; a criação do Programa de Anemia Falciforme (PAF) e a detecção precoce da doença via triagem neonatal a partir do Programa Nacional a ser criado; a reestruturação da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes *mellitus*; o fortalecimento e extensão do então Programa de Saúde da Família até as comunidades quilombolas; além de o Ministério da Saúde publicar, em 1998, o documento “A Saúde da População Negra, realizações e perspectivas” e, em 2001, o “Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente”. (WERNECK, 2016, p. 537)

Em 2001, a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul em 2001, convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU), teve impactos significativo na luta dos

²⁷ Bravo (2004) aponta que o modelo de seguridade social da Constituição, vem sendo desconstruído desde 1990, a partir de ajustes neoliberais que impactam as políticas públicas no Brasil, incluindo o SUS. Na política de saúde, o conceito universal é substituído por um modelo privatista que se vê “vinculada ao mercado, enfatizando-se as parcerias com a sociedade civil, responsabilizando a mesma para assumir os custos da crise” (BRAVO, 2006, p.14).

movimentos negros pelo debate, acerca das iniquidades sociais que impactam saúde da população negra (WERNECK, 2016). Esse foi um passo decisivo para construção de propostas de políticas para essa população.

Em consequência da mobilização do movimento negro, destacam-se a criação do Comitê Técnico de Saúde da População Negra em 2003 (formalizado em 2004 através da Portaria nº 2.632/2004), a organização do I e II Seminários Nacionais de Saúde da População Negra (2004 e 2006); a inserção da temática nas proposições das Conferências Nacionais de Saúde e a criação de uma vaga para o Movimento Negro no Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 2005, que desencadeou na construção e aprovação pelo CNS, da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em 2006. (WERNECK, 2013)

Como resultado, através da portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, o governo brasileiro instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que reitera a posição de vulnerabilidade de homens e mulheres negros com relação aos indicadores de desigualdades sociais no Brasil.

A PNSIPN tem como objetivo principal a promoção a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e discriminação nas instituições e serviços do SUS (BRASIL, 2009), e entra como subsídio para identificação do racismo como um determinante social de saúde a partir dos elementos da discriminação, exclusão social e acessibilidade aos serviços.

Como se verifica, a presença dos movimentos negros em consonância com a mobilização dos movimentos sociais, profissionais e estudiosos da área da saúde defensores da reforma sanitária, foi imprescindível para se concretizar o SUS tal qual se estabelece hoje. Os valores da reforma sanitária se fazem presentes tanto na formulação da concepção de saúde, quanto nas orientações que se voltem as especificidades das demandas de saúde de pessoas negras.

3.1 REFLEXÕES SOBRE O RACISMO E O SERVIÇO SOCIAL

O nascimento do serviço social brasileiro, se dá por volta de 1930, em uma perspectiva alinhada aos valores da igreja católica, em um constructo da prática ligada a moralidade e conservadorismo, muito vinculado ao lugar da filantropia, e ações direcionadas dentro de um cunho assistencialista.

Neste primeiro momento, a questão racial não era objeto de observação pelo serviço social brasileiro, ao contrário, e como ressalta Gonçalves (2018), a prática do serviço social se vê totalmente influenciada pelo contexto social onde a ideologia eugenista se difundia sobre a sociedade, impactando uma visão deteriorada do negro no Brasil

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de *pobre e miserável*, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. (GONÇALVES, 2018, p. 515)

O serviço social só vê uma mudança endógena no que se refere a prática e aos valores da profissão, em 1980, num contexto de redemocratização do Brasil, momento em que o serviço social se alinha à perspectiva histórico crítica da teoria marxista, vinculando a profissão diretamente a luta dos trabalhadores e movimentos sociais.

Tal movimento de compreensão crítica da sociedade, teve impacto importante na formulação dos documentos e diretrizes que pautam a prática profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, compreendendo a dinâmica capitalista, e entrando em consonância com os interesses da população trabalhadora brasileira. (EURICO, 2013)

A reformulação do serviço social reverbera na construção dos marcos legais como a Lei de regulamentação da profissão e o Código de Ética Profissional do Assistente Social, que, atualizado, é instituído em 1993. O Código de Ética de 93, foi um dos primeiros instrumentos do serviço social que contemplava a luta contra discriminação, se colando como instrumento vital para articular o serviço social no confronto ao racismo

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 1993, é o primeiro código profissional do Serviço Social que introduz a questão da não discriminação como um de seus princípios fundamentais. Isso remete a uma reflexão acerca da importância atribuída à ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético-político a partir dos anos 1990, fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico/racial no cotidiano do assistente social. (EURICO, 2013, p. 293).

Destacam-se nos princípios fundamentais do Código de ética,

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p.23)

Como prospecto, o trabalho do assistente vai incidir nas manifestações da “questão social”, e dá num alinhamento das dimensões tanto técnico-operativas, quanto teórico metodológicas e ético-política da profissão, e passa a ser objeto de análise e intervenção do serviço social. Como aspecto intrínseco do capitalismo, a questão social se define como

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2000, p. 27)

Nesse aspecto, o serviço social viu um crescimento de produções e debates, que imbuem a profissão um sentido dotado de historicidade, compreendendo a própria profissão como parte da sociedade, e agente com competência de intervir como transformador social, nas demandas concretas da população, relativas à pobreza,

desemprego, fome, doenças e desigualdades sociais provenientes da sociedade de classes.

Entretanto, é importante destacar que não é concebível a profissão, se ater somente aos aspectos que tangem aos conflitos de classe, mas é preciso antes de tudo, entender que o nó da questão social é a questão racial (GONÇALVES, 2018), em um Brasil que afasta pessoas negras da mobilidade social, desde a escravatura. Como alerta Almeida (2019), classe e raça são elementos socialmente sobredeterminados.

A divisão de classes, a divisão de grupos no interior das classes, o processo de individualização e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista têm o racismo como veículo importantíssimo. E negar isso é simplesmente não compreender o capitalismo enquanto forma de sociabilidade. Logo, o racismo não deve ser tratado como uma questão lateral, que pode ser dissolvida na concepção de classes, até porque uma noção de classe que desconsidera o modo com que está se expressa enquanto relação social objetiva torna o conceito uma abstração vazia de conteúdo histórico (ALMEIDA, 2019, p. 185)

Ao analisar os processos do trabalho de assistentes sociais e coletar a percepção das mesmas sobre o racismo institucional, Eurico (2013) observa como a questão racial ainda é vista de forma supérflua e sem uma conexão fiel à realidade a qual pessoas negras estão inseridas.

Em uma das falas, a assistente social entrevistada é abstrata ao dizer que demandas relativas à raça, nunca chegaram até ela. E que se chegasse ia verificar e depois dar uma resposta, porque não saberia lidar. “Eu consultaria na internet. No Google, procuraria racismo e os órgãos que cuidam.” (EURICO, 2013, p. 304)

Ora, é devidamente questionável essa posição, pois nitidamente, reproduz o apagamento estrutural que acomete as demandas de pessoas negras por direitos. Precisa-se avaliar onde está o "gap" entre a materialização dos princípios que regem a conduta profissional, em conformidade com a garantia de direitos da população e o combate a todas as formas de opressão. Como caminho, Eurico (2013) aponta que

O equacionamento da questão não se restringe às ações profissionais isoladamente. Antes precisa contemplar a formação profissional, com análises críticas sobre a *questão racial*; a produção de conhecimento nos níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado; o combate ao racismo nas diversas instituições, públicas e privadas; a suspensão do

cotidiano para a reflexão dos efeitos nocivos do racismo na sociedade brasileira e o retorno do sujeito à realidade, cada vez mais crítico; e uma interface urgente entre o Serviço Social e as outras áreas das Ciências Sociais, que acumularam ao longo de décadas conhecimentos teóricos riquíssimos acerca da *questão racial* no Brasil. Finalmente, há que se ressaltar que passados 124 anos da abolição da escravidão, o “legado” da marginalização da população negra permanece naturalizado (EURICO, 2013, p.308)

Ainda assim, por esse caminho, deve-se reconhecer o projeto de profissão construído pelo serviço social, que tem obtido êxitos no avanço do debate racial. É importante destacar o papel das entidades que regulam a categoria nos níveis normativos e acadêmicos, tais quais o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

No âmbito da formação profissional, a consolidação das Diretrizes Curriculares pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social em 1996, junto a sua implementação e atualização de conteúdo político pedagógico, foi fator significativo para o avanço da discussão racial no âmbito da academia e formação profissional. (ELPÍDIO, 2020a)

A criação do documento "Assistentes Sociais no combate ao Racismo" (CFESS) e os “Subsídios para o debate étnico racial na formação em serviço social”, (ABEPSS) também são exemplos da mobilização da categoria, em se apropriar dos elementos de raça/etnia como fundantes da estrutura brasileira, para sua intermediar sua intervenção (ELPÍDIO, 2020a).

Nesse sentido, se percebe a aproximação do serviço social com o debate racial, através da sua vinculação teórica com uma análise crítica da sociedade brasileira, que se articula precisamente com o processo formativo de assistentes sociais, de acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), que indica uma análise do movimento histórico da sociedade brasileira, por parte da categoria.

Contudo, ainda se faz vital para consolidação e materialização de tais compromissos, a compreensão do Brasil enquanto fruto dos processos de conflitos raciais advindos do colonialismo e da marginalização de sujeitos negros na dinâmica do capital, esse aspecto precisa ser centralizado pela categoria, uma vez que a mesma lida precisamente com a materialização e execução de políticas do mesmo Estado que autoriza a morte desta população.

Por esse aspecto, é importante lembrar que o, Brasil que se encontra em meio a ultrajantes ataques à classe trabalhadora, com ajustes na reforma trabalhista; reforma da previdência; desmonte de políticas e serviços públicos tem efeitos ainda, mas devastadores para a população negra (ELPÍDIO, 2020b). Se há um momento para se colocar como contraponto de tensão, é agora.

Nesse contexto de agudização das tensões sociais e raciais, não se pode perder de vista as reais vítimas a qual o racismo vai atingir. É tempo de colocar os reais rostos dos usuários em evidência: as Cláudias, Amarildos, Marcos Vinícius, Damiões, Marieles, Evaldos, João Pedros, Georges Floyd “que tentam gritar e são silenciados cotidianamente nos becos e vielas, nas filas da assistência e dos auxílios emergenciais nas escolas, nas universidades, nas prisões” (ELPÍDIO, 2020b, p.525).

3.2 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO DA MASCULINIDADE NEGRA PARA A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO NO SUS.

No que se refere ao trabalho do assistente social na área da saúde, a profissão também passou por reformulações que se integrassem ao projeto ético-político de matriz crítica, e partir dos anos 90, a profissão se reatualiza através dos valores da reforma sanitária, como apontam Bravo e Maurílio

[...] o projeto da reforma sanitária vem apresentando como demandas que o assistente social trabalhe as seguintes questões: busca de democratização do acesso as unidades e aos serviços de saúde, atendimento humanizado, estratégias de interação da instituição de saúde com a realidade, interdisciplinaridade, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo a participação cidadã. (BRAVO; MAURÍLIO, 2004, p.10)

Através das resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) n. 218, de 6 de março de 1997, fica comprovadamente demarcado o assistente social como profissional da saúde, que ainda possui como aparato legal os “Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde” (CFESS, 2010)

Os parâmetros elaborados para guiar a atuação de assistentes sociais na área da saúde, se apresenta como uma forte ferramenta para conduzir o trabalho de forma articulada com os valores herdados da reforma sanitária, de outro modo, com a concepção ampliada de saúde, como direito constitucional que apresenta diversas demandas além dos cuidados apenas biológicos. Nos parâmetros cabe destacar ações que definem uma intervenção competente e crítica do serviço social como

- Conhecer as condições de vida e trabalho dos usuários bem como os determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença;
- Facilitar o acesso de todo e qualquer usuário aos serviços de saúde da instituição e da rede de serviços e direitos sociais, bem como de forma compromissada e criativa não submeter à operacionalização de seu trabalho aos rearranjos propostos pelos governos que descaracterizam a proposta original do SUS de direito, ou seja, contido no projeto de Reforma Sanitária; (CFESS, 2010, p. 17)

Nesse sentido, o lugar que o assistente social ocupa na dinâmica de trabalho no âmbito do SUS, se faz um campo privilegiado de atuação (CFESS, 2010) onde o profissional pode se utilizar das ferramentas e proposições adotadas pela categoria

desde a virada conceitual, para se estabelecer como vínculo entre a população e a garantia do acesso à saúde pública enquanto direito.

Ana Vasconcellos (2001), assistente social e Doutora, é categórica ao afirmar sob a luz do projeto de trabalho profissional, que as práticas democráticas no âmbito da política de saúde, se fazem necessárias no sentido de inclusão e reconhecimento das necessidades específicas a qual a população, nesse caso negra, sofre em consequência do lugar historicamente imbuído.

A qualificação profissional do assistente social sobre as determinações socioeconômicas de acordo com os marcadores sociais de raça, gênero, e classe no âmbito das masculinidades, se fazer vital como combate às violações institucionais, e também se coloca como dever e “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993).

Werneck (2016) afirma que um dos maiores desafios para a inserção da população negra nos serviços de saúde, é o racismo institucional (RI) que age na dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais.

A manifestação do racismo via instituição, é um obstáculo efetivo na materialização da própria Política nacional de saúde integral da população negra no sentido da produção e manutenção da vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo. (WERNECK, 2016) As nuances do RI se permeiam na própria conduta dos profissionais com relação ao atendimento do homem negro.

Como aponta a Médica e feminista negra, a partir da análise institucional da aplicabilidade da PNSIPN na rede de saúde, a política não angariou adesão suficiente à gestão do SUS, mesmo após mobilizações reivindicado uma concretização efetiva das diretrizes, com expressão nos serviços e na qualificação dos profissionais, Werneck justifica

Além do rechaço mais ou menos explícito por parte de muitos, verificou-se, também, uma profunda ignorância acerca dos diferentes elementos envolvidos nos processos de realização de ações estratégicas necessárias, que explicam o porquê da PNSIPN não ter sido adequadamente implementada após esses anos. (WERNECK, 2016, p. 539)

Tendo em vista tal panorama, é válido questionar: Quais as possibilidades de se construírem políticas públicas democráticas sem que nos debates estejam permeadas a vida da população preta? Como pensar política de saúde sem pensar as determinações sociais que incidem sobre o corpo do homem negro antes mesmo de chegar à porta de entrada de uma UBS?

Um projeto de trabalho, democrático, deve ser antirracista, e na mesma medida, o negro deve ser compreendido como sujeito direito, que logra a garantia fundamental de ter sua cidadania e dignidade integralmente reconhecidos nos planos normativos e instrumentais. Isso exige, sim, o comprometimento dos profissionais de saúde acerca dessa realidade.

O caráter crítico do serviço social, confere a profissão a capacidade de se ater as nuances macro e micro da questão social, que é racial, capacidade que deve ser explorada no sentido de delimitar os determinantes sociais de saúde como fruto da interposição de marcadores de violências estrutural como racismo, elitismo e o machismo.

Ao analisar o cotidiano de trabalho de assistentes sociais profissionais da saúde, Vasconcellos (2006) aponta que demandas muitas das vezes ficam tomadas pelas práticas burocráticas institucionais, e as requisições por questões educação em saúde, prevenção, controle social, que necessitam reflexão teórica ficam negligenciadas.

Nesse sentido, Couto (2009) ressalta que é imperioso ao/a assistente social a formulação de um projeto de trabalho profissional, que pautar suas ações institucionais de acordo com as diretrizes políticas dos instrumentos jurídicos legais da profissão, e que esteja realmente comprometido com as necessidades da população. A elaboração de um projeto se faz vital em uma intervenção que almeje ser antirracista, na medida que

Um projeto de trabalho, para além da formulação técnica e precisa – que é essencial –, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar a transformação dessa realidade. Necessita ser um elemento fundamental de reafirmação do projeto ético-político profissional e, portanto, construído para ser um elemento que indique, tanto para a instituição como para a população usuária, os compromissos assumidos pela profissão. Ele deve ser o reflexo do compromisso com a emancipação dessa população e da

negação do papel de controle e tutela das classes subalternas. (COUTO, 2009, p.8)

Tendo em vista esta reflexão, os estudos sobre masculinidades negras conferem subsídios para se pensar a formulação de políticas, no que se refere a saúde do homem, e pensar estratégias de abordagem e chamamento a identidades e sexualidades outras, reconhecendo a necessidade de pensar a saúde do homem negro gay, homem negro trans, homem negro idoso, homem negro deficiente, e todas as possibilidades contidas nessa vivência. Nesse aspecto,

o embasamento do sujeito do cuidado sob um viés que abarca as singularidades da população possibilita uma visão ampla ao analisar indicadores, serviços e ações de cuidado em saúde ofertados. A iniquidade na atenção à saúde constitui uma questão relevante com a qual profissionais, gestores e acadêmicos da área devem lidar (CESARO; SANTOS; SILVA, 2018, p. 2).

Por conseguinte, no plano mais amplo, para além do serviço social, a discussão sobre masculinidades negras, podem constituir ferramentas técnicas de implementação de políticas, no que tange a promoção e prevenção de saúde, sobretudo no que se refere aos cuidados relativos a fatores que são naturalizados como a questão da violência urbana e causas "externas" que estatisticamente atingem mais o homem negro.

A instauração da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (PNSIH), em 2009, evidencia um avanço no debate sobre masculinidade e determinantes de saúde, que se relacionam aos padrões comportamentais e situacionais que envolve a relação do homem com o cuidado de si e do outro, e junto a Política nacional de atenção integral da população negra, conferem instrumentos articulados de ação para o serviço social pautar a saúde do homem negro.

De certo, é necessário investigar como o lugar do cuidado, cultural e estruturalmente relegado ao feminino, cria também uma contradição social, onde o sexo biológico é aderido a funções culturais. Tais construções remetem o feminino como lugar do afeto, do cuidado, do materno, do sentimento, e ao masculino, o lugar da virilidade, do uso da força bruta, da frieza e imprudência, e da violência, fatores que se obliteram ainda mais no homem negro

Estudos sobre as masculinidades no âmbito das políticas públicas na América Latina, onde a díade mulher-mãe ainda ocupa o eixo central nas políticas de saúde (13–15), são relevantes e atuais. O cuidado, visto como um fenômeno natural, intrínseco e relacionado ao feminino, decreta um roteiro diferenciado para homens e mulheres, incidindo, respectivamente, na divisão entre o público e o privado. Ao colocar o foco de atenção na criança e na mãe-mulher, atualizam-se diferenças e desigualdades de gênero culturalmente construídas e organizadas (16). (CESARO; SANTOS; SILVA, 2018, p.2)

A utilização de ferramentas no que tangem a própria Política Nacional de Saúde integral da população negra, reverbera também numa postura propositiva dos/as assistentes sociais na saúde, de observar no campo normativo, possíveis canais de alicerce teórico, metodológico e prático. Destaca-se o objetivo III da PNSIPN, que articula uma importante plataforma de combate às opressões institucionais nos serviços de saúde: A interseccionalidade

III – incluir o tema Combate às Discriminações de Gênero e Orientação Sexual, com destaque para as interseções com a saúde da população negra, nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social. (BRASIL, 2009)

Com isso, nota-se que o estudo das masculinidades negras, através do prisma da interseccionalidade, se torna subsídio conceitual e metodológico congruente com a perspectiva de justiça social a qual o serviço social vincula suas bases teóricas e práticas, e nesse sentido é mecanismo fundamental para reconhecer as especificidades que compõe a existência do homem negro. Logo

É fundamental a inclusão do enfoque de gênero, orientação sexual, identidade de gênero [...] condição étnico-racial nas ações de educação permanente dos trabalhadores e gestores de saúde pública. Da mesma forma, é necessária uma articulação intersetorial entre diferentes políticas e pontos de atenção nas redes de saúde para que o homem latino-americano seja reconhecido socialmente como cidadão a partir de suas especificidades e de seu contexto histórico e social (CESARO; SANTOS; SILVA, 2018, p.3).

Assim, torna-se possível interlocução teórico crítica, afim de possibilitar um olhar para as debilidades nas políticas já construídas e quiçá, ponderar a construção de políticas pensado a inserção desses indivíduos aos serviços, atendimentos especificados, consultas, e encaminhamentos, através de um chamamento, que

rompa com estigmas e preconceitos sociais que afastam homens negros das práticas de saúde.

De acordo com os Parâmetros para a Atuação dos Assistentes Sociais na Saúde (2010), uma das atribuições significativas do profissional do serviço social, são as ações socioeducativas, que consistem em orientações reflexivas e na socialização de informações que podem ser realizadas por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e /ou comunidades, potencializando uma tomada de consciência de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Nesse aspecto

Ao democratizar informações e possibilitar o exercício de práticas democráticas, os assistentes sociais podem contribuir na apropriação, pelos usuários, de categorias de análise do patrimônio intelectual, para que possam, na medida do possível, se colocar criticamente frente ao seu cotidiano e participar da luta política na defesa de seus interesses. (VASCONCELLOS, 2001, p.27, grifo da autora)

A percepção do racismo enquanto estrutural, também é imprescindível, na medida que se interpõe a lógica recorrente de adotar a questão racial, como um mero “recorte”, que retira o racismo de seus aspectos enraizados político, ideológico e culturalmente integrantes da sociedade capitalista, que moldam a conduta tanto da sociedade quanto dos próprios profissionais de saúde com relação ao corpo negro.

Entender o racismo como parte dos processos de acumulação e de exploração da classe trabalhadora, é fundamental para que o serviço social compreenda quem são seus usuários, e não reduzam a questão social ao simplismo, adotando concisamente a perspectiva dialética-crítica, ao observar os conflitos raciais que fazem parte da história brasileira e que expõe a ausente presença do Estado

a construção social do negro como ameaça chancela práticas de uma presente ausência do Estado no que diz respeito à forma idealista que o mesmo deve alcançar a todos/as indistintamente, de acordo com suas prerrogativas jurídico-formais na lógica abstrata do direito liberal. A ausência do Estado é refletida na falta de moradia digna, trabalho protegido, infância integralmente resguardada, seguridade social, educação, saúde, mobilidade etc., que se choca frontalmente com a presença vigorosa e sistemática quando se fala do uso da violência e da força para conter as chamadas classes perigosas (ELPÍDIO, 2020b, p.842-843)

Levar a discussão acerca da masculinidade negra para o âmbito da pesquisa e do fazer acadêmico, também é movimento essencial para qualificar e ampliar a discussão, ademais a atualização teórica, faz parte do compromisso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, desde a atualização das Diretrizes Curriculares em 1996.

Aprofundar as dimensões da qualificação e diálogo sobre racismo na formação, é uma postura combativa, considerando a exclusão da população negra dos espaços de construção de conhecimento. Enegrecer o debate, como sugere Grada Kilomba (2019), é necessário para se modelar ações que vão na marcha de mudar o quadro de indicadores de morte da população negra masculina, material e simbolicamente. É também preencher as lacunas de apagamento epistemológico das narrativas negras. Como alerta Rocha

[...] mais do que “fotografar” a realidade da incorporação da temática étnico Racial pelo Serviço Social, o importante nesse processo é contribuir para que a discussão étnico-racial, com toda a sua riqueza e sua dimensão histórica, saia dos porões acadêmicos e assuma espaço de visibilidade e importância político-acadêmica nas pesquisas de pós-graduação, nas atividades de extensão universitária e, sobretudo, no processo de formação profissional (ROCHA, 2014, p.181).

O médico urologista Osei Akuamo, especialista em cirurgia robótica, ressalta que no Brasil, cerca de 60% dos casos de câncer na próstata são em pacientes da raça negra. São casos mais graves porque chegam na rede e de forma tardia.²⁸ Não existem diferenças biológicas que distinguem homens brancos e negros, apenas o racismo, a desigualdade social, que afasta quem tem a “marca de cor” da saúde condigna.

As negações históricas que atravessam o homem negro se fazem cada vez mais evidentes no cotidiano atravessado pela necropolítica, pela intolerância, pela discriminação escancarada, pela negação de direitos. O racismo estrutural que máscara e perpetua essa dinâmica, precisa ser desvelado.

Reconhecer os aspectos que incidem nos indicadores de saúde do homem negro é para o serviço social da saúde, a reafirmação dos valores de projeto ético

²⁸Fonte: <https://tjcc.com.br/noticias/homens-negros-tem-mais-riscos-de-morrer-de-cancer-de-prostata-que-os-brancos/>

político, historicamente construído para colaborar com outras formas de se pensar a sociedade.

Como forma de honrar tal acordo, as/os assistentes sociais brasileiros devem se utilizar do debate das masculinidades negra para se renovar e se compreenderem enquanto os profissionais do tempo presente, criativos, propositivos, com as requisições da contemporaneidade, como lembra Iamamoto (2001).

Mediante as reflexões trazidas, se faz notar o quão necessário é, que os profissionais da saúde se atenham ao princípio de saúde universal preconizado pelo SUS. Os valores da reforma sanitária nunca se fizeram tão presentes, e cabe ao serviço social canalizar tais princípios, reorganizar sua prática, se reafirmar enquanto contraponto a Necropolítica do Estado racista, que nega o direito a vida para homens negros.

Sem sombra de dúvidas, contribuir para retirada desses homens do lugar da estatística de morte, para então, o conduzir nas práticas e dinâmicas de saúde institucionais ou não, é materializar o SUS da equidade, da universalidade. É materializar o serviço social combativo, e para além, é restabelecer o compromisso com a dignidade humana expropriada pelo capitalismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como analisado de forma sucinta neste trabalho, a formação sócio histórica do Brasil, é permeada por contradições raciais e apresenta em sua constituição o aspecto mais vil e ostensivo que a sociedade “moderna” pode herdar do colonialismo e do período escravocrata que durou quase 400 anos no Brasil, o racismo.

As desigualdades sociais que afligem a população negra mesmo após a abolição, se fazem presentes no cotidiano, e são cada vez mais escancaradas com o avanço de governos ultraconservadores na América latina e Brasil, que são abertamente a favor da manutenção do Estado do privilégio, em detrimento da morte e da precarização da vida.

Expor a realidade social que a população negra vive no contexto brasileiro, é um ato fundamental para compreender de onde viemos e combater os mitos que atravessam nossas relações, cultura, e estruturas, mitos esses que sustentam a violência e as assimetrias sociais contra a população negra.

Os dados não mentem: A necropolítica é parte constituinte do Estado brasileiro e transpassa o poder judiciário que encarcera em massa homens negros, perpassa a segurança pública que a despeito das guerras as drogas, trava uma guerra contra a juventude negra das favelas e periferias do país. As mães da favela choram.

Em contexto de pandemia da Covid-19, mais uma vez o necropoder se expõe, nos ataques as políticas de seguridade social, na precarização da assistência, na falta de investimentos nos setores da saúde, saneamento básico, e os mais afetados são os negros e negras que compõe os sub empregos, os que não tem meios efetivos de protegerem suas vidas e a des seus familiares.

Nesse contexto, como é possível se pensar outras narrativas para o homem negro? Como se pensarem outros olhares que não o olhar da dor, da desumanização? Em primeiro lugar, a familiarização da sociedade, dos profissionais de saúde, dos assistentes sociais com o debate das masculinidades negras.

Para além da essencialização, estética e das demandas comportamentais, o debate sobre masculinidades negras, se faz imprescindível para pensar a política de saúde e as atribuições dos profissionais da área, uma vez que reconhece o homem negro enquanto sujeito que possui demandas de saúde físicas e subjetivas diretamente vinculadas a estrutura social racista e capitalista.

Se faz urgente mudar o olhar. Transformar os estigmas em um olhar da saúde, das políticas de vida para população negra, para o homem negro, para as bichas pretas, para as travestis pretas, para mulheres cis e trans pretas, para todas as identidades contra hegemônicas, para todos os mulherismos e masculinidades dissidentes, por um olhar humano e comprometido politicamente com o combate as opressões estruturais que determinam o extermínio de suas vidas.

Para que não mais sob o olhar da falaciosa democracia racial, finalmente os homens negros e toda a população preta em si, tenha seus direitos preservados como garante a constituição de 1988, e dentro de todos os seus limites, o Estado democrático de direito. Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante do dilema branquear ou desaparecer (Fanon, 2008), ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir.

É medulara ao assistente social, se apropriar da perspectiva histórica crítica e se aliar a luta dos movimentos negros, do movimento indígena, movimento LGBTQIA+, feminista, movimentos das pessoas com deficiência, movimento dos Sem Terra, para somar no combate as formas de opressão e na construção de uma sociedade equitativa e justa.

O assistente social tem o dever de voltar os olhos para todas as formas de ser, as formas de subversão do patriarcado colonial, é dever romper com as epistemologias de apagamento, para que se criem novos caminhos, caminhos de aberturas para construção da vida, de cidadania, do direito a existir, das novas histórias sobre saúde, sobre luta, sobre liberdade.

Como aporte a todas, todos e todes assistentes sociais da nova geração, da antiga e das próximas, fica uma grande incubência de Ângela Davis, essa que deve continuar a ser compromisso enquanto vidas negras forem perdidas em nome dos privilégios da branquitude brasileira: "Numa sociedade racista não basta não ser racista. É necessário ser antirracista". Pois assumamos o compromisso, e vamos à luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ALMEIDA, Magali da silva. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo**. EM PAUTA, Rio de Janeiro. 2014. n. 34, v. 12, p. 131- 154
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, v. 3, f. 128, 2019. 256 p.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, v. 3, f. 76, 2019. 152 p.
- AROUCA, A. Sérgio S. **Saúde é democracia**. Anais 8a Conferência Nacional de Saúde, 1986. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987, p. 35-42.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**; 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019> Acesso em: 15/04/2021
- BIZERRA, Fernando. ONU denuncia racismo estrutural no Brasil após homem negro morto em supermercado. **Agência Lusa**. Rio de Janeiro, 24 nov. 2020. Disponível em: <https://observador.pt/2020/11/24/onu-denuncia-racismo-estrutural-no-brasil-apos-homem-negro-morto-em-supermercado/> Acesso em: 08/12/2020
- BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. **Serviço Social e Saúde**, p. 1–22, 2004. Disponível em: http://fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-3.pdf.
- BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006 Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-5.pdf Acesso em:

BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 1.994, de 27 de agosto de 2009. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre colonialismo**. 1ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978, p.7-29.

CESARO BC; SANTOS HB; SILVA; FNM. Masculinidades inerentes à política brasileira de saúde do homem. **Revista Panam de Salud Publica**. 2018; n.42, v.119. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2018.v42/e119/pt7>

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS n. 273/1993, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Coletânea de leis revista e ampliada**. Porto Alegre: Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 10º região, 1996.

COUTO, Berenice, Rojas. Formulação de projetos de trabalho profissional. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competência Profissionais**. Brasília: CFESS-ABEPSS-CEAD, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7912>>. CFESS.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

CONNEL, Raewyn W. **Políticas da masculinidade**. Educ Realidade. 1995; 20:185-206.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 73- 97, abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2017000100073&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 jan. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>> 7

ELPÍDIO, M. H. O lugar da negritude nas políticas do Estado brasileiro: faces persistentes de uma presente ausência. **Vértices**, (Campos dos Goitacazes), v. 22, n. Especial, p. 834-850, 2020. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15837>.

ELPÍDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **R. Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6h7XvN5pc9v4H4MJF8DkHSb/?lang=pt&format=pdf>

EURICO, M.C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.114, p. 290-310, abr./jun. 2013.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194.

FAUSTINO, Deivison Nkosi. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo in: **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher** / organização Eva Alterman Blay. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Pp. 75.

FERRUGEM, Daniela. Guerra às Drogas? - **Em Pauta**, Rio de Janeiro: 2020 - n. 45, v. 18, p. 44 – 54

GAMA, H. P. **O Assistente Social na área da Saúde: por uma inclusão legal na equipe do PSF**. Universidade Candido Mendes, Vitória, 2009, 51p.

GARRETT, Gilson Jr. Brasil passa a marca de 600 mil mortes por covid-19; vacinação avança. **Exame**. 08 out. 2021 Disponível em: <https://exame.com/brasil/casos-de-coronavirus-numero-de-mortes-08-de-outubro-de-2021> Acesso em: 11/10/2021

GOMES R; NASCIMENTO, EF; ARAÚJO, FC. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. **Cad Saúde Pública** 2007; 23:565-74.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

RODRIGUES, Matheus; COELHO, Henrique. Pretos e pardos são 78% dos mortos em ações policiais no RJ em 2019. **O Globo (G1)**. Rio de Janeiro, 06 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/06/pretos-e-pardos-sao-78percent-dos-mortos-em-aco-es-policiais-no-rj-em-2019-e-o-negro-que-sofre-essa-inseguranca-diz-mae-de-agatha.ghtml> Acesso em: 02/12/2020

HERRERA, Rémy. A colonização vista por Marx: para além de alguns mal entendidos. **Argum**. Vitória, v. 11, n. 1, p. 42-55, jan./abr. 2019

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, v. 3, f. 125, 2020. 249 p.

LAURELL, Ana Cristina. **A Saúde-Doença como Processo Social. In: Medicina Social: aspectos históricos e teóricos**. NUNES, Everardo D. (Org. Intro. e Trad.); DONÂNGELO, Maria C. F. São Paulo: Global, 1983.

MADEIRO, Carlos. Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos. **UOL**. Maceió, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.html> Acesso em: 15/04/2021

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N-1 Edições. 2018. 80 p.

MENDES, E. V. As políticas de saúde no Brasil nos anos 80: a conformação da reforma sanitária e a construção da hegemonia do projeto neoliberal. In: MENDES, E. V. (org). **Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde**. 3 Ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1995, p. 19-91.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - Uma política do SUS**. Brasília - DF, 2017

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica. **Revista Princípio**, São Paulo, n. 34, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **Genocídio do negro brasileiro - processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilomobismo**. Sortilégio (Mistério Negro). Rio de Janeiro: Teatro Experimental do Negro. 1960.142 páginas.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, p. 41-49.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. Biblioteca Básica do Serviço Social. v. 1. 8a edição. São Paulo. Cortez, 2010.

NITAHARA, Akemi. Negros têm 2,7 mais chances de serem mortos do que brancos. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/negros-ou-pardos-tem-27-mais-chances-de-serem-mortos-do-que-brancos> Acesso em: 20/03/2021

OLIVEIRA, Caroline. O que se sabe sobre a operação no Jacarezinho que matou 28 pessoas? **Brasil de Fato**. São Paulo, 10 mai. 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/10/o-que-se-sabe-sobre-a-operacao-no-jacarezinho-que-matou-28-pessoas> Acesso em: 08/07/2021

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117-142.

PINHO, Osmundo. Qual a identidade do homem negro? **Revista Democracia Viva**, n. 22.

RAMOS, Guerreiro. Patologia social do branco brasileiro in: **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Editora UFRJ. 1995.

RESTIER, Henrique. O Duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In: **Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades** (Org.) RESTIER, H.; SOUZA, R.M.S – São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019, p. 21-51.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e a sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, M.B; DURIGUETTO, M.L. (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2015. p.295-311

SANTOS, Daniel dos. Ogó – encruzilhadas de uma história das masculinidades e sexualidades negras na diáspora atlântica. **Universitas Humanas**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 2014.

SCHUCMAN, L. V. (2012). **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

SCHWARCZ, Lília Moritz. (1993) **O espetáculo das raças**. São Paulo, Companhia das Letras.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SOARES, Marcelo. Dados do SUS revelam vítima-padrão de Covid-19 no Brasil: homem, pobre e negro. **O Globo (Época)**. 03/07/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414> Acesso em: 08/07/2021

SKIDMORE, Thomas E. - **Preto no branco - Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VIGOYA, Mara Viveros. Para além do binarismo: teorias feministas, homens e masculinidades. In. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Trad. Alysson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, p. 37-57

WERNEK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e sociedade** – Scielo. 2016, p. 535-549.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1975